



*Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí*

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2024



Abril/2025

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

Pág.

RELATÓRIO DA STAFF

| | | |
|-------------|--|---------|
| I. | Introdução----- | 03 |
| II. | Relatório dos Auditores Independentes----- | 04 a 07 |
| III. | Extensão dos Trabalhos Realizados----- | 08 |
| IV. | Relatório Circunstanciado da Auditoria ----- | 09 a 19 |

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREPARADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

| | | |
|-------------|---|---------|
| I. | Balanço Patrimonial----- | 01 / 04 |
| II. | Balanço Orçamentário ----- | 01 / 02 |
| III. | Balanço Financeiro ----- | 01 / 02 |
| IV. | Demonstrações das Variações Patrimoniais ----- | 01 / 01 |
| V. | Demonstrações do Fluxo de Caixa ----- | 01 / 04 |
| VI. | Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis ----- | 01 / 38 |

Campinas/SP, 17 de abril de 2025.

À

Diretoria do

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

Realizamos trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, sobre o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de auditoria, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas demonstrações contábeis e que compreendem:

Relatório dos Auditores Independentes;
Balanco Patrimonial;
Balanco Financeiro;
Balanco Orcamentario;
Demonstrações das Variações Patrimoniais;
Demonstração do Fluxo de Caixa;
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e
Relatório Circunstanciado da Auditoria.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA

Roberto Araújo de Souza

Sócio

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Conselheiros do

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN** (Instituto), que compreendem o balanço patrimonial, balanço orçamentário, balanço financeiro, em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN** (Instituto), em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas e procedimentos contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, que são definidas pelo Ministério da Previdência Social (MPS), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) através do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCT-16).

Base para opinião com ressalva

Provisão matemática

A contabilidade do Instituto reconheceu como provisão matemática o valor constante na avaliação atuarial para o encerramento do exercício de 2023, no valor consolidado de R\$ 6.382.218.151. O valor consolidado da provisão matemática apurado no laudo atuarial para o encerramento do exercício de 2024 foi de R\$ 7.081.881.795. Portanto, a contabilidade deixou de reconhecer R\$ 699.663.644, não reconhecendo o ajuste da provisão matemática no encerramento do exercício.

Crédito de amortização do déficit atuarial

A contabilidade do Instituto reconheceu como crédito de amortização do déficit atuarial o valor constante na avaliação atuarial para o encerramento do exercício de 2023, no valor consolidado de R\$ 2.886.481.190. O valor consolidado do crédito de amortização do déficit atuarial apurado no laudo atuarial para o encerramento do exercício de 2024 foi de R\$ 4.144.999.837. Portanto, a contabilidade deixou de reconhecer R\$ 1.258.518.646, não reconhecendo o

ajuste do crédito de amortização do déficit atuarial no encerramento do exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida, é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram por nós examinadas e emitimos relatório em 29 de maio de 2024, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Instituto é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividades e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas/SP, 17 de abril de 2025



CRC2SP023856/O-1



ELIZIANE MARIA ROSA
CRC1PR059351/O-0 "S" SP

EXTENSÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS

Conforme nosso contrato nº 003/2021, e respectivo aditivo, foram realizados serviços de auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Nossos trabalhos têm que o objetivo de uma auditoria, é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

No caso da maioria das estruturas conceituais de auditoria, para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro.

Uma auditoria conduzida em conformidade com NBC-TAs (Normas Brasileira de Contabilidade – Técnicas de Auditoria Independentes) e exigências éticas relevantes, capacita o auditor a formar essa opinião.

Nesta oportunidade os trabalhos realizados incluíram todos os procedimentos normalmente aplicados em exames conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Tais procedimentos foram aplicados nesta etapa dos trabalhos, a fim de que as demonstrações contábeis anuais apresentassem adequadamente a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN.**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
2024

em Reais

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|--|-------------------------|-------------------------|---|-------------------------|-------------------------|
| TÍTULOS | 2024 | 2023 | TÍTULOS | 2024 | 2023 |
| ATIVO CIRCULANTE | 1.186.177.742,79 | 2.732.709.819,02 | PASSIVO CIRCULANTE | 8.823.520,95 | 12.444.434,92 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 1.392.567,65 | 7.903,18 | Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Asssistenciais a Pagar a Curto Prazo | 6.880.822,31 | 8.208.320,41 |
| Créditos a Curto Prazo | 103.410.660,91 | 91.267.945,27 | Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo | - | - |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo | 1.081.343.512,03 | 2.641.408.684,82 | Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | 176.142,43 | 1.955,01 |
| Estoques / Ativos Biológicos | 28.823,00 | 19.593,46 | Obrigações Fiscais a Curto Prazo / Transferências | - | - |
| Ativo Não Circulante Mantido para Venda | - | - | Provisões a Curto Prazo | - | - |
| VPD Pagas Antecipadamente | 2.179,20 | 5.692,29 | Demais Obrigações a Curto Prazo | 1.766.556,21 | 4.234.159,50 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | 5.013.566.133,21 | 2.710.911.346,13 | PASSIVO NÃO-CIRCULANTE | 6.382.218.151,52 | 5.397.535.307,32 |
| Realizável a Longo Prazo | 5.007.554.614,41 | 2.705.488.276,44 | Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Asssistenciais a Pagar a Longo Prazo | - | - |
| Investimentos | - | - | Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo | - | - |
| Imobilizado | 6.011.518,80 | 5.423.069,69 | Fornecedores a Longo Prazo | - | - |
| Intangível | - | - | Obrigações Fiscais a Longo Prazo / Transferências | - | - |
| Diferido | - | - | Provisões a Longo Prazo | 6.382.218.151,52 | 5.397.535.307,32 |
| | | | Demais Obrigações a Longo Prazo | - | - |
| | | | Resultado Diferido | - | - |
| | | | TOTAL DO PASSIVO | 6.391.041.672,47 | 5.409.979.742,24 |
| | | | PATRIMONIO LIQUIDO | | |
| | | | TÍTULOS | 2024 | 2023 |
| | | | Patrimônio Social e Capital Social | - | - |
| | | | Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | - | - |
| | | | Reservas de Capital | - | - |
| | | | Ajustes de Avaliação Patrimonial | - | - |
| | | | Reservas de Lucros | - | - |
| | | | Demais Reservas | - | - |
| | | | Resultados Acumulados | (191.297.796,47) | 33.641.422,91 |
| | | | Resultado do Exercício | (224.939.219,38) | (119.878.131,29) |
| | | | Resultado de Exercícios Anteriores | 33.641.422,91 | 153.519.554,20 |
| | | | Ajustes de Exercícios Anteriores | - | - |
| | | | (-) Ações / Cotas em Tesouraria | - | - |
| | | | TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | (191.297.796,47) | 33.641.422,91 |
| TOTAL | 6.199.743.876,00 | 5.443.621.165,15 | TOTAL | 6.199.743.876,00 | 5.443.621.165,15 |

| | | | | | |
|--------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------------|-------------------------|-------------------------|
| ATIVO FINANCEIRO | 2.031.196.390,06 | 24.463.790,56 | PASSIVO FINANCEIRO | 2.396.383,76 | 5.229.015,34 |
| ATIVO PERMANENTE | 4.168.547.485,94 | 5.419.157.374,59 | PASSIVO PERMANENTE | 6.389.118.621,13 | 5.405.576.207,32 |
| SALDO PATRIMONIAL | | | | (191.771.128,89) | 32.815.942,49 |

| QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO | | QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO | | |
|---|----------------|----------------------------------|---|--------------|
| Atos Potenciais Ativo | 2024 | 2023 | Atos Potenciais Passivo | |
| Garantias e Contragarantias Recebidas | - | 8.538,41 | Garantias e Contragarantias Concedidas | - |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres | - | - | Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres | - |
| Direitos Contratuais | - | - | Obrigações Contratuais | - |
| Demandas Judiciais | - | - | Demandas Judiciais | 4.267.550,00 |
| Outros Atos Potenciais do Ativo | 127.422.755,94 | 294.861.587,24 | Outros Atos Potenciais do Passivo | - |

CLÁUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR

DIRETORA PRESIDENTE

MARCELO VIZIOLI ROSA

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS
COSTA

ANALISTA DE PLANEJAMENTO,
GESTÃO E ORÇAMENTO
CRC 1SP327583/O-1

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
ANEXO 14 A - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALÍTICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO
EXERCÍCIO 2024

em Reais

| ATIVO FINANCEIRO | | | PASSIVO FINANCEIRO | | |
|--|-------------------------|----------------------|--|---------------------|---------------------|
| TÍTULOS | VALOR | | TÍTULOS | VALOR | |
| | 2024 | 2023 | | 2024 | 2023 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 1.392.567,65 | 7.903,18 | Restos a Pagar Processados/ Não Processados em Liquidação e Não Processados a Pagar | 156.495,13 | 169.771,42 |
| Créditos e Valores | 1.171.327.791,01 | - | Pessoal a Pagar | - | 84.985,48 |
| Investimentos e Aplicações Temporárias | 858.476.031,40 | 24.455.887,38 | Benefícios Previdenciários | 74.816,50 | - |
| Imobilizado | - | - | Benefícios Assistenciais | - | - |
| | | | Encargos Sociais | 78.536,20 | 82.434,93 |
| | | | Empréstimos e Financiamentos | - | - |
| | | | Fornecedores/Contas a Pagar | 3.142,43 | 1.955,01 |
| | | | Obrigações Fiscais | - | - |
| | | | Demais Obrigações | - | 396,00 |
| | | | Restos a Pagar não Processados | 473.332,42 | 825.480,42 |
| | | | Outros | 1.766.556,21 | 4.233.763,50 |
| | | | Depósitos | 11.786,11 | 35.498,95 |
| | | | Coosignações | 1.754.770,10 | 4.198.264,55 |
| TOTAL | 2.031.196.390,06 | 24.463.790,56 | TOTAL | 2.396.383,76 | 5.229.015,34 |

CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS COSTA
ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ORÇAMENTO
CRC 1SP327583

MARCELO VIZIOLI ROSA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

CLÁUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
DIRETORA PRESIDENTE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
ANEXO 14 B - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALÍTICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE
EXERCÍCIO 2024

em Reais

| ATIVO PERMANENTE | | | PASSIVO PERMANENTE | | |
|---|-------------------------|-------------------------|------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| TÍTULOS | VALOR | | TÍTULOS | VALOR | |
| | 2024 | 2023 | | 2024 | 2023 |
| Créditos e Valores | 3.939.637.484,31 | 2.796.756.221,71 | Pessoal a Pagar | 2.645.919,61 | - |
| Investimento e Aplicações Temporárias | 222.867.480,63 | 2.616.952.797,44 | Benefícios Previdenciários | 4.081.550,00 | 8.040.900,00 |
| Estoques | 28.823,00 | 19.593,46 | Benefícios Assistenciais | - | - |
| Ativo Não Circulante Mantido para Venda | - | - | Encargos Sociais | - | - |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antec. | 2.179,20 | 5.692,29 | Empréstimos e Financiamentos | - | - |
| Imobilizado | 6.011.518,80 | 5.423.069,69 | Fornecedores/Contas a Pagar | 173.000,00 | - |
| Intangível | - | - | Obrigações Fiscais | - | - |
| Diferido | - | - | Provisões | 6.382.218.151,52 | 5.397.535.307,32 |
| | | | Demais Obrigações | - | - |
| | | | Resultado Diferido | - | - |
| TOTAL | 4.168.547.485,94 | 5.419.157.374,59 | TOTAL | 6.389.118.621,13 | 5.405.576.207,32 |

CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS COSTA
ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ORÇAMENTO
CRC 1SP327583

MARCELO VIZIOLI ROSA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

CLÁUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
DIRETORA PRESIDENTE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUNDIAÍ - IPREJUN
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
CONTABILIDADE

ANEXO 14 C - DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO DE 2024 - JUNDIAÍ/SP
PERÍODO DE 01/01/2024 À 31/12/2024

| TÍTULOS | FONTES DE RECURSOS | |
|--|-------------------------|----------------------|
| | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| 01 - TESOURO | -508.562,53 | -9.184.690,56 |
| 91 - TESOURO - Exercícios Anteriores | 3.781.742,70 | 3.781.742,70 |
| 03 - RECURSOS PRÓPRIOS DE FUNDOS ESPECIAIS DE DESPESA-VINCULADOS | 0,00 | 0,00 |
| 04 - RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | -99.250.094,75 | -57.599.806,69 |
| 94 - RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - Exercícios Anteriores | 2.124.776.920,88 | 224.095.371,53 |
| 19 - RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS | 0,00 | -141.857.841,76 |
| TOTAL | 2.028.800.006,30 | 19.234.775,22 |

* Balanço Encerrado.

JUNDIAÍ, 31 de Dezembro de 2024.

CLÁUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
DIRETORA PRESIDENTE

CRISTIANE RIBEIRO DOS
SANTOS COSTA
ANALISTA DE PLANEJAMENTO,
GESTÃO E ORÇAMENTO
CRC: 1SP327583/O-1

MARCELO VIZIOLI ROSA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
2024

| RECEITA ORÇAMENTÁRIA | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO | | RECEITAS | | SALDO | |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--|-------|--|
| | | ATUALIZADA (a) | REALIZADAS (b) | c = (b - a) | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 646.265.600,00 | 646.265.600,00 | 684.634.488,26 | 38.368.888,26 | | | |
| Receita Tributária | - | - | - | | | | |
| Impostos | - | - | - | | | | |
| Taxas | - | - | - | | | | |
| Contribuição de Melhoria | - | - | - | | | | |
| Receita de Contribuições | 318.773.600,00 | 318.773.600,00 | 310.027.096,87 | (8.746.503,13) | | | |
| Contribuições Sociais | 318.773.600,00 | 318.773.600,00 | 310.027.096,87 | (8.746.503,13) | | | |
| Contribuições Econômicas | - | - | - | | | | |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | - | - | - | | | | |
| Receita Patrimonial | 145.100.000,00 | 145.100.000,00 | 172.413.350,33 | 27.313.350,33 | | | |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | - | - | - | | | | |
| Valores Mobiliários | 145.100.000,00 | 145.100.000,00 | 172.413.350,33 | 27.313.350,33 | | | |
| Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença | - | - | - | | | | |
| Exploração de Recursos Naturais | - | - | - | | | | |
| Exploração do Patrimônio Intangível | - | - | - | | | | |
| Cessão de Direitos | - | - | - | | | | |
| Demais Receitas Patrimoniais | - | - | - | | | | |
| Receita Agropecuária | - | - | - | | | | |
| Receita Industrial | - | - | - | | | | |
| Receita de Serviços | 8.000.000,00 | 8.000.000,00 | 5.218.576,11 | (2.781.423,89) | | | |
| Transferências Correntes | - | - | - | | | | |
| Transferências da União e de suas Entidades | - | - | - | | | | |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | - | - | - | | | | |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | - | - | - | | | | |
| Transferências de Instituições Privadas | - | - | - | | | | |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | - | - | - | | | | |
| Transferências do Exterior | - | - | - | | | | |
| Demais Transferências Correntes | - | - | - | | | | |
| Outras Receitas Correntes | 174.392.000,00 | 174.392.000,00 | 196.975.464,95 | 22.583.464,95 | | | |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | - | - | 1.548,21 | 1.548,21 | | | |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 10.000,00 | 10.000,00 | 1.096.398,90 | 1.086.398,90 | | | |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público | - | - | - | | | | |
| Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital | 4.500.000,00 | 4.500.000,00 | 4.150.385,10 | (349.614,90) | | | |
| Demais Receitas Correntes | 169.882.000,00 | 169.882.000,00 | 191.727.132,74 | 21.845.132,74 | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 10.000.000,00 | 10.000.000,00 | 8.954.241,46 | (1.045.758,54) | | | |
| Operações de Crédito | - | - | - | | | | |
| Operações de Crédito Internas | - | - | - | | | | |
| Operações de Crédito Externas | - | - | - | | | | |
| Alienação de Bens | - | - | - | | | | |
| Alienação de Bens Móveis | - | - | - | | | | |
| Alienação de Bens Imóveis | - | - | - | | | | |
| Alienação de Bens Intangíveis | - | - | - | | | | |
| Amortização de Empréstimos | 10.000.000,00 | 10.000.000,00 | 8.954.241,46 | (1.045.758,54) | | | |
| Transferência de Capital | - | - | - | | | | |
| Transferências da União e de suas Entidades | - | - | - | | | | |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | - | - | - | | | | |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | - | - | - | | | | |
| Transferências de Instituições Privadas | - | - | - | | | | |
| Transferências de Outras Instit. Públicas | - | - | - | | | | |
| Transferências do Exterior | - | - | - | | | | |
| Demais Transferências de Capital | - | - | - | | | | |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - | | | | |
| Integralização do Capital Social | - | - | - | | | | |
| Demais Receitas de Capital | - | - | - | | | | |
| Subtotal das Receitas (I) | 656.265.600,00 | 656.265.600,00 | 693.588.729,72 | 37.323.129,72 | | | |
| Operações de Crédito/Refinanciamento (II) | - | - | - | | | | |
| Operações de Crédito Internas | - | - | - | | | | |
| Operações de Crédito Externas | - | - | - | | | | |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II) | 656.265.600,00 | 656.265.600,00 | 693.588.729,72 | 37.323.129,72 | | | |
| DÉFICIT (IV) | (3.900.000,00) | (4.820.000,00) | - | | | | |
| TOTAL (V) = (III + IV) | 652.365.600,00 | 651.445.600,00 | 693.588.729,72 | 42.143.129,72 | | | |
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS) | 920.000,00 | - | - | | | | |
| Superávit Financeiro | 920.000,00 | - | - | | | | |
| Reabertura de créditos adicionais | - | - | - | | | | |

CLÁUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR

DIRETORA PRESIDENTE

MARCELO VIZIOLI ROSA

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA

CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS
COSTA

ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO
E ORÇAMENTO

CRC 1SP327583/O-1

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
2024

em Reais

| DESPA ORÇAMENTÁRIA | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO | | DESPESAS EMPENHADAS (f) | DESPESAS LIQUIDADAS (g) | DESPESAS PAGAS (i) | SALDO DA DOTAÇÃO (h) = (e - f) |
|---|-----------------------|-----------------------|--|-------------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------------------|
| | | ATUALIZADA (e) | | | | | |
| DESPESAS CORRENTE | 471.331.000,00 | 472.251.000,00 | | 422.388.130,57 | 421.914.798,15 | 421.758.303,02 | 49.862.869,43 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 467.791.000,00 | 467.595.000,00 | | 419.108.039,33 | 419.092.140,24 | 419.011.554,66 | 48.486.960,67 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 3.540.000,00 | 4.656.000,00 | | 3.280.091,24 | 2.822.657,91 | 2.746.748,36 | 1.375.908,76 |
| DESPA DE CAPITAL | 70.000,00 | 70.000,00 | | 5.619,00 | 5.619,00 | 5.619,00 | 64.381,00 |
| Investimentos | 70.000,00 | 70.000,00 | | 5.619,00 | 5.619,00 | 5.619,00 | 64.381,00 |
| Inversões Financeiras | - | - | | - | - | - | - |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | - | - | | - | - | - | - |
| RESERVA DO RPPS | 188.764.600,00 | 188.764.600,00 | | - | - | - | 188.764.600,00 |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI) | 660.165.600,00 | 661.085.600,00 | | 422.393.749,57 | 421.920.417,15 | 421.763.922,02 | 238.691.850,43 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (VII) | - | - | | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida Interna | - | - | | - | - | - | - |
| Dívida Mobiliária | - | - | | - | - | - | - |
| Outras Dívidas | - | - | | - | - | - | - |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII) | 660.165.600,00 | 661.085.600,00 | | 422.393.749,57 | 421.920.417,15 | 421.763.922,02 | 238.691.850,43 |
| SUPERAVIT (IX) | - | - | | 271.194.980,15 | - | - | - |
| TOTAL (X) = (VIII + IX) | 660.165.600,00 | 661.085.600,00 | | 693.588.729,72 | 421.920.417,15 | 421.763.922,02 | (32.503.129,72) |

CLÁUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
DIRETORA PRESIDENTE

MARCELO VIZIOLI ROSA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS COSTA
LISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ORÇAM
CRC 1SP327583/O-1

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
ANEXO 12.1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO
2024

em Reais

| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | INSCRITOS | | LIQUIDADOS (c) | PAGOS (d) | CANCELADOS (e) | SALDO (f) = (a + b - d - e) |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|-----------------------------|
| | ANTERIORES (a) | 31/12/2024 (b) | | | | |
| DESPESAS CORRENTE | 27.509,64 | 473.332,42 | 14.981,61 | 14.981,61 | 12.528,03 | 473.332,42 |
| Pessoal e Encargos Sociais | - | 15.899,09 | - | - | - | 15.899,09 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 27.509,64 | 457.433,33 | 14.981,61 | 14.981,61 | 12.528,03 | 457.433,33 |
| DESPA DE CAPITAL | 797.970,78 | - | 797.970,78 | 797.970,78 | - | 0,00 |
| Investimentos | 797.970,78 | - | 797.970,78 | 797.970,78 | - | 0,00 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 825.480,42 | 473.332,42 | 812.952,39 | 812.952,39 | 12.528,03 | 473.332,42 |

CLÁUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
DIRETORA PRESIDENTE

MARCELO VIZIOLI ROSA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS COSTA
LISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ORÇAM
CRC 1SP327583/O-1

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
ANEXO 12.2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADO
2024

em Reais

| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | INSCRITOS | | PAGOS (c) | CANCELADOS (d) | SALDO (f) = (a + b - c - d) |
|----------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|-----------------------------|
| | ANTERIORES (a) | 31/12/2024 (b) | | | |
| DESPESAS CORRENTE | 169.771,42 | 156.495,13 | 150.241,86 | 19.529,56 | 156.495,13 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 167.420,41 | 80.585,58 | 147.890,85 | 19.529,56 | 80.585,58 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 2.351,01 | 75.909,55 | 2.351,01 | - | 75.909,55 |
| DESPA DE CAPITAL | - | - | - | - | - |
| Investimentos | - | - | - | - | - |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 169.771,42 | 156.495,13 | 150.241,86 | 19.529,56 | 156.495,13 |

CLÁUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
DIRETORA PRESIDENTE

MARCELO VIZIOLI ROSA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS COSTA
ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E
ORÇAMENTO
CRC 1SP327583/O-1

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUNDIAÍ - IPREJUN
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
CONTABILIDADE

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jundiaí - IPREJUN
 PERÍODO DE 01/01/2024 À 31/12/2024

| RECEITA | | DESPESA | |
|---|-------------------------|---|-------------------------|
| TÍTULOS | VALORES | TÍTULOS | VALORES |
| RECEITA ORÇAMENTÁRIA | | DESPESA ORÇAMENTÁRIA | |
| Ordinária | | Ordinária | 3.774.416,01 |
| | | | |
| Vinculada | | Vinculada | |
| Alienação de Bens | 0,00 | Alienação de Bens | 0,00 |
| Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE | 0,00 | Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE | 0,00 |
| Educação | 0,00 | Educação | 0,00 |
| Saúde | 0,00 | Saúde | 0,00 |
| Trânsito | 0,00 | Trânsito | 0,00 |
| Assistência Social | 0,00 | Assistência Social | 0,00 |
| Regime Próprio de Previdência | 693.588.729,72 | Regime Próprio de Previdência | 418.619.333,56 |
| Royalties da Exploração do Petróleo e Gás Natural | 0,00 | Royalties da Exploração do Petróleo e Gás Natural | 0,00 |
| Convênio com Recursos Ordinários | 0,00 | Convênio com Recursos Ordinários | 0,00 |
| Desvinculação de Receitas Municipais - DRM | 0,00 | Desvinculação de Receitas Municipais - DRM | 0,00 |
| Transferências Especiais da União | 0,00 | Transferências Especiais da União | 418.619.333,56 |
| (-) Deduções da Receita Orçamentária | 0,00 | | |
| | 693.588.729,72 | | |
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 3.265.853,48 | TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | 385.575,67 |
| RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS | | PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS | |
| Restos à Pagar | | Restos à Pagar | |
| Inscritos no período | 629.827,55 | Liquidados no período | 963.194,25 |
| Serviço da Dívida à Pagar | | Serviço da Dívida à Pagar | |
| Inscritos no período | 0,00 | Liquidados no período | 0,00 |
| Depósitos | | Depósitos | |
| Recebidos no período | 30.748.461,17 | Restituições no período | 29.409.456,92 |
| Outras Movimentações Extra-Orçamentárias | | Outras Movimentações Extra-Orçamentárias | |
| Conforme Anexo 13-A | 1.909.563.274,03 | Conforme Anexo 13-A | 3.743.324.677,86 |
| | 1.940.941.562,75 | | 3.773.697.329,03 |
| SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR | | SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE | |
| Disponível | | Disponível | |
| Disponível em Moeda Nacional | | Disponível em Moeda Nacional | |
| Caixa | 0,00 | Caixa | 0,00 |
| Bancos c/ Movimento | 7.903,18 | Bancos c/ Movimento | 1.392.567,65 |
| Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata | 0,00 | Aplicações Financeiras | 0,00 |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo | 2.641.408.684,82 | Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo | 1.081.343.512,03 |
| | 2.641.416.588,00 | | 1.082.736.079,68 |
| TOTAL | 5.279.212.733,95 | TOTAL | 5.279.212.733,95 |

JUNDIAÍ, 31 de Dezembro de 2024.

CLÁUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
 DIRETORA PRESIDENTE

CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS COSTA
 ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ORÇAMENTO
 CRC: 1SP327583/O-1

MARCELO VIZIOLI ROSA
 DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
2024

DEMONSTRAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA E DESPESA QUE CONSTITUEM O TÍTULO DE 'DIVERSAS CONTAS' DO BALANCETE FINANCEIRO

EM R\$.

| DISCRIMINAÇÃO | MOVIMENTO DO PERÍODO | | RESULTADO DO PERÍODO | |
|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | DÉBITO | CRÉDITO | RECEITA | DESPESA |
| ATIVO CIRCULANTE | 457.405.340,63 | 445.256.908,54 | 3.513,09 | 12.151.945,18 |
| Créditos a Curto Prazo | 11.242.372,32 | 10.434.484,15 | - | 807.888,17 |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 446.118.149,65 | 434.783.322,18 | - | 11.334.827,47 |
| Estoques | 41.549,82 | 32.320,28 | - | 9.229,54 |
| Ativo não Circulante Mantido para Venda | - | - | - | - |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente | 3.268,84 | 6.781,93 | 3.513,09 | - |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | 4.576.643.508,16 | 2.273.988.721,08 | - | 2.302.654.787,08 |
| Créditos a Longo Prazo | 4.573.329.932,49 | 2.271.263.594,52 | - | 2.302.066.337,97 |
| Investimentos | - | - | - | - |
| Imobilizado | 3.313.575,67 | 2.725.126,56 | - | 588.449,11 |
| Intangível/Diferido | - | - | - | - |
| PASSIVO CIRCULANTE | 572.189.743,18 | 567.563.191,66 | 456.147,94 | 5.082.699,46 |
| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais | 472.557.821,72 | 471.281.729,80 | - | 1.276.091,92 |
| Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo | - | - | - | - |
| Fornecedores e Contas a Pagar | 2.055.374,27 | 2.511.522,21 | 456.147,94 | - |
| Obrigações Fiscais de Curto Prazo / Transferências | - | - | - | - |
| Provisões de curto Prazo | 3.863.912,32 | 3.863.912,32 | - | - |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | 93.712.634,87 | 89.906.027,33 | - | 3.806.607,54 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | 112.874.275,62 | 12.151.945,18 | 984.682.844,20 | - |
| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais | - | - | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo | - | - | - | - |
| Fornecedores a Longo Prazo | - | - | - | - |
| Obrigações Fiscais a Longo Prazo / Transferências | - | - | - | - |
| Provisões | 112.874.275,62 | 1.097.557.119,82 | 984.682.844,20 | - |
| Demais Obrigações a Longo Prazo | - | - | - | - |
| Variação Patrimonial Aumentativa Diferida | - | - | - | - |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 1.089.552.716,15 | 1.089.552.716,15 | - | - |
| VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA | 1.601.080.696,79 | 177.645.450,65 | - | 1.423.435.246,14 |
| VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA | 308.680.690,87 | 1.233.101.459,67 | 924.420.768,80 | - |
| Total | 8.718.426.971,40 | 5.799.260.392,93 | 1.909.563.274,03 | 3.743.324.677,86 |

CLÁUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
DIRETORA PRESIDENTE

MARCELO VIZIOLI ROSA
DIRETOR DE
ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA

CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS COSTA
ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E
ORÇAMENTO
CRC 1SP327583/O-1

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAI
ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO 2024

em Reais

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | | | VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | | |
|---|-------------------------|-------------------------|---|-------------------------|-------------------------|
| TÍTULOS | 2024 | 2023 | TÍTULOS | 2024 | 2023 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | - | - | Pessoal e Encargos | 5.502.224,55 | 12.446.306,99 |
| Impostos | - | - | Remuneração de Pessoal | 4.631.395,35 | 7.380.464,56 |
| Taxas | - | - | Encargos Patronais | 548.148,12 | 785.862,80 |
| Contribuições de Melhoria | - | - | Benefícios a Pessoal | 322.681,08 | 4.279.979,63 |
| Contribuições | 415.615.367,34 | 349.298.630,88 | Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos | - | - |
| Contribuições Sociais | 415.615.367,34 | 349.298.630,88 | Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 415.993.644,65 | 365.373.742,19 |
| Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico | - | - | Aposentadorias e Reformas | 379.767.099,12 | 331.954.969,46 |
| Contribuição de Iluminação Pública | - | - | Pensões | 36.223.111,13 | 33.418.772,73 |
| Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais | - | - | Benefícios de Prestação Continuada | - | - |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | 5.308.248,76 | 4.713.900,08 | Benefícios Eventuais | - | - |
| Venda de Mercadorias | - | - | Políticas Públicas de Transferência de Renda | - | - |
| Venda de Produtos | - | - | Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 3.434,40 | - |
| Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços | 5.308.248,76 | 4.713.900,08 | Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 2.271.515,49 | 1.815.372,92 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 150.586.108,15 | 134.581.724,36 | Uso de Material de Consumo | 65.108,05 | 77.212,73 |
| Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 17.848.939,88 | 26.765.032,49 | Serviços | 1.937.652,88 | 1.457.190,97 |
| Juros e Encargos de Mora | 5.036,26 | 543,44 | Depreciação, Amortização e Exaustação | 268.754,56 | 280.969,22 |
| Descontos Financeiros Obtidos | - | - | Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | - | - |
| Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras | 119.109.472,74 | 107.816.148,43 | Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos | - | - |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras | 13.622.659,27 | - | Juros e Encargos de Mora | - | - |
| Transferências e Delegações Recebidas | 3.265.853,48 | 3.497.120,17 | Variações Monetárias e Cambiais | - | - |
| Transferências Intra Governamentais | 3.265.853,48 | 3.497.120,17 | Descontos Financeiros Concedidos | - | - |
| Transferências Inter Governamentais | - | - | Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras | - | - |
| Transferências das Instituições Privadas | - | - | Transferências e Delegações Concedidas | 385.575,67 | - |
| Transferências das Instituições Multigovernamentais | - | - | Transferências Intra Governamentais | 385.575,67 | - |
| Transferências de Consórcios Públicos | - | - | Transferências Inter Governamentais | - | - |
| Transferências do Exterior | - | - | Transferências a Instituições Privadas | - | - |
| Execução Orçamentária Delegada | - | - | Transferências a Instituições Multigovernamentais | - | - |
| Transferências de Pessoas Físicas | - | - | Transferências a Consórcios Públicos | - | - |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | - | - | Transferências ao Exterior | - | - |
| Valorização e Ganhos com Ativos | 458.703.147,01 | 750.182.580,34 | Execução Orçamentária Delegada | - | - |
| Reavaliação de Ativos | 291.669.980,15 | 346.155.825,45 | Outras Transferências e Delegações Concedidas | - | - |
| Ganhos com Alienação | 53.303.877,59 | - | Desvalorização e Perdas de Ativos | 323.811.992,47 | 518.276.754,77 |
| Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimentos | 8.807.046,37 | 305.184.358,53 | Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas | 323.811.115,41 | 209.191.376,91 |
| Ganhos com desincorporação de Passivos | 19.529,56 | 687.743,96 | Perdas com Alienação | 877,06 | - |
| Reversão de Redução a valor Recuperável | 104.902.713,34 | 98.154.652,40 | Perdas Involuntárias | - | - |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 587.796.627,26 | 2.950.601.847,85 | Incorporação de Passivos | - | - |
| Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar | - | - | Desincorporação de Ativos | - | 309.085.377,86 |
| Resultado Positivo de Participações | - | - | Tributárias | 763,50 | 1.373,15 |
| Subvenções Econômicas - VPA | - | - | Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | - | - |
| Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas | 541.324.743,83 | 2.925.996.942,78 | Contribuições | 763,50 | 1.373,15 |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | 46.471.883,43 | 24.604.905,07 | Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados | - | - |
| | | | Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 1.098.248.855,05 | 3.414.840.384,95 |
| | | | Premiações | - | - |
| | | | Resultado Negativo de Participações | - | - |
| | | | Incentivos | - | - |
| | | | Subvenções Econômicas | - | - |
| | | | Participações e Contribuições | - | - |
| | | | VPD de Constituição de Provisões | 1.097.557.119,82 | 3.411.160.100,61 |
| | | | Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | 691.735,23 | 3.680.284,34 |
| Total das Variações Patrimoniais Aumentativas | 1.621.275.352,00 | 4.192.875.803,68 | Total das Variações Patrimoniais Diminutivas | 1.846.214.571,38 | 4.312.753.934,97 |
| | | | Resultado Patrimonial do Período | (224.939.219,38) | (119.878.131,29) |

CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS COSTA
ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ORÇAMENTO
CRC 1SP327583

MARCELO VIZIOLI ROSA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

CLÁUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
DIRETORA PRESIDENTE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
2024

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

| TÍTULOS | EXERCÍCIO ATUAL | EXERCÍCIO ANTERIOR |
|---|---------------------------|-------------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| INGRESSOS | 2.628.212.076,94 | 7.215.494.935,17 |
| Receitas Derivadas e Originárias | 684.634.488,26 | 539.106.355,04 |
| Transferências Correntes Recebidas | - | - |
| Outros Ingressos Operacionais | 1.943.577.588,68 | 6.676.388.580,13 |
| DESEMBOLSOS | 4.195.043.236,94 | 6.808.699.670,82 |
| Pessoal e Demais Despesas | 421.923.526,49 | 374.815.327,66 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - |
| Transferências Concedidas | - | - |
| Outros Desembolsos Operacionais | 3.773.119.710,45 | 6.433.884.343,16 |
| FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I) | (1.566.831.160,00) | 406.795.264,35 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| INGRESSOS | 8.954.241,46 | 8.132.704,79 |
| Alienação de Bens | - | - |
| Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 8.954.241,46 | 8.132.704,79 |
| Outros Ingressos de Investimentos | - | - |
| DESEMBOLSOS | 803.589,78 | 28.843,98 |
| Aquisição de Ativo Não Circulante | 803.589,78 | 28.843,98 |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos | - | - |
| Outros Desembolsos de Investimentos | - | - |
| FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II) | 8.150.651,68 | 8.103.860,81 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| INGRESSOS | - | - |
| Operações de Crédito | - | - |
| Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes | - | - |
| Transferências de Capital Recebidas | - | - |
| DESEMBOLSOS | - | - |
| Amortização / Refinanciamento da Dívida | - | - |
| Outros Desembolsos de Financiamentos | - | - |
| FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III) | - | - |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III) | (1.558.680.508,32) | 414.899.125,16 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial | 2.641.416.588,00 | 2.226.517.462,84 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa Final | 1.082.736.079,68 | 2.641.416.588,00 |
| VARIAÇÃO NO CAIXA | (1.558.680.508,32) | 414.899.125,16 |

CLÁUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR

DIRETORA PRESIDENTE

MARCELO VIZIOLI ROSA

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA

CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS
COSTA

ANALISTA DE PLANEJAMENTO,
GESTÃO E ORÇAMENTO

CRC 1SP327583/O-1

ANEXO 18 A - QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

| TÍTULOS | EXERCÍCIO ATUAL | EXERCÍCIO ANTERIOR |
|---|------------------------|---------------------------|
| RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS | | |
| Receita Tributária | - | - |
| Receita de Contribuições | 310.027.096,87 | 267.873.390,78 |
| Receita Patrimonial | - | - |
| Receita Agropecuária | - | - |
| Receita Industrial | - | - |
| Receita de Serviços | 5.218.576,11 | 4.713.900,08 |
| Remuneração das Disponibilidades | 172.413.350,33 | 107.816.148,43 |
| Outras Receitas Derivadas e Originárias | 196.975.464,95 | 158.702.915,75 |
| Total das Receitas Derivadas e Originárias | 684.634.488,26 | 539.106.355,04 |

CLÁUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR

DIRETORA PRESIDENTE

MARCELO VIZIOLI ROSA

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA

CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS
COSTA

ANALISTA DE PLANEJAMENTO,
GESTÃO E ORÇAMENTO

CRC 1SP327583/O-1

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
2024

ANEXO 18 B - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

| TÍTULOS | EXERCÍCIO ATUAL | EXERCÍCIO ANTERIOR |
|---|---------------------|---------------------|
| TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS | | |
| Intergovernamentais | - | - |
| da União e de suas Entidades | - | - |
| dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | - | - |
| dos Municípios e de suas Entidades | - | - |
| Intragovernamentais | 3.265.853,48 | 3.497.120,17 |
| Outras Transferências | - | - |
| Total das Transferências Recebidas | 3.265.853,48 | 3.497.120,17 |
| TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS | | |
| Intergovernamentais | - | - |
| a União | - | - |
| a Estados e Distrito Federal | - | - |
| a Municípios | - | - |
| Intragovernamentais | 385.575,67 | - |
| Outras Transferências | - | - |
| Total das Transferências Concedidas | 385.575,67 | - |

ANEXO 18C - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

| TÍTULOS | EXERCÍCIO ATUAL | EXERCÍCIO ANTERIOR |
|-----------------------|-----------------|--------------------|
| Legislativa | - | - |
| Judiciária | - | - |
| Essencial à Justiça | - | - |
| Administração | - | - |
| Defesa Nacional | - | - |
| Segurança Pública | - | - |
| Relações Exteriores | - | - |
| Assistência Social | - | - |
| Previdência Social | 417.607.274,85 | 373.801.348,23 |
| Saúde | - | - |
| Trabalho | - | - |
| Educação | - | - |
| Cultura | - | - |
| Direitos da Cidadania | - | - |
| Urbanismo | - | - |
| Habituação | - | - |
| Saneamento | - | - |
| Gestão Ambiental | - | - |
| Ciência e Tecnologia | - | - |
| Agricultura | - | - |
| Organização Agrária | - | - |
| Indústria | - | - |

| | | |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Comércio e Serviços | - | - |
| Comunicações | - | - |
| Energia | - | - |
| Transporte | - | - |
| Desporto e Lazer | - | - |
| Encargos Especiais | 4.316.251,66 | 1.013.979,43 |
| Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função | 421.923.526,51 | 374.815.327,66 |

ANEXO 18D - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

| TÍTULOS | EXERCÍCIO ATUAL | EXERCÍCIO ANTERIOR |
|--|------------------------|---------------------------|
| Juros e Correção Monetária da Dívida Interna | - | - |
| Outros Encargos da Dívida | - | - |
| Total dos Juros e Encargos da Dívida | - | - |

CLÁUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR

DIRETORA PRESIDENTE

MARCELO VIZIOLI ROSA

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA

CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS
COSTA

ANALISTA DE PLANEJAMENTO,
GESTÃO E ORÇAMENTO

CRC 1SP327583/O-1

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
CNPJ: 05.507.216.0001/61
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31/12/2024

CONTEXTO OPERACIONAL:

A Lei nº 5.894, de 12 de setembro de 2002, criou o Instituto de Previdência do Município de Jundiaí (IPREJUN). Autarquia municipal, com personalidade jurídica de direito público, de natureza social, de conformidade com a Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e as respectivas alterações, a Lei federal nº 9.717 de 27 de novembro de 1998 e Portaria MTP nº 1.467/2022, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos RPPS.

O IPREJUN é responsável pelo pagamento dos benefícios previdenciários de aposentadoria (voluntária, do professor, do servidor que exerce atividades especiais, do servidor com deficiência, por incapacidade permanente para o trabalho e compulsória) e pensões por morte. Para cumprir com sua responsabilidade, o Instituto arrecada e gere os recursos previdenciários de acordo com as normas federais, e os aplica no mercado financeiro e de capitais em conformidade com as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) na Resolução nº 4.963 de 25 de novembro de 2021.

Para garantir os pagamentos de benefícios no presente e no futuro, é de fundamental importância que o RPPS busque permanentemente o equilíbrio financeiro e atuarial. A Emenda Constitucional 103/2019, promulgada em 12 de novembro de 2019, trouxe a previsão expressa da necessidade de comprovação do equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência social. Ou seja, deve haver garantia de equivalência, ao valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios. Em outras palavras: deve haver equilíbrio atuarial no RPPS, e este deve ser comprovado através da Avaliação Atuarial.

O IPREJUN possui Nível IV no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios – Pró Gestão RPPS. Este é o nível mais alto da certificação e o Pró-Gestão é um programa que mede o grau de governança e qualidade de gestão. Dentre os pontos avaliados pela auditoria estão: controles internos, mapeamento e manualização de processos, controle interno, governança corporativa, políticas previdenciárias de saúde e segurança do servidor, transparência, educação previdenciária e outros itens. A primeira certificação o Instituto já foi no Nível IV, mantido e reavaliado anualmente desde 2019.

O Instituto obteve classificação B no IEG_PREV/Municipal 2024 (ano-base 2023). O Índice de Efetividade da Gestão Previdenciária Municipal objetiva aferir a adequação do Ente à legislação e à aplicação de boas práticas na gestão previdenciária no município e foi instituído pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O IEG-PREV/Municipal-TCESP contempla 07 áreas temáticas relevantes para hígidez do sistema previdenciário: Contribuições, Endividamento, Atuária, Investimentos, Benefícios, Sustentabilidade dos RPPS e Fidedignidade das Informações.

O IPREJUN também obteve a classificação “B” no ano de 2024 no ISP – Índice de Sustentabilidade Previdenciária, se enquadrando no perfil atuarial III. A classificação ISP está prevista no art. 238 da Portaria MTP nº 1467/2022, é aferida anualmente segundo conceitos, critérios de composição, metodologia de cálculo e periodicidade estabelecidos pela SPREV. No ano de 2024, o RPPS obteve a nota “A” em gestão e transparência, nota “B” em Finanças e Liquidez, Nota “A” em Atuária, resultando no indicador final “B”.

(Em R\$)

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar nº 101/00, Portaria MTP 1467/2022 e alterações, as normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal, que estão definidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPCs).

O MCASP é de observância obrigatória para todos os entes da Federação, está alinhado às diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP e às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - IPSAS, e encontra-se de acordo com a legislação aplicável a contabilidade no setor público brasileiro.

NOTA 2 – CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com o Anexo I da Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001 e suas atualizações. O desdobramento dos códigos de elemento de despesa está de acordo com a classificação da despesa por subelemento definida no Anexo II – Tabelas de Escrituração Contábil – Auxiliares 2024 expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas.

O objetivo das Demonstrações Contábeis é a escrituração, e informações, sobre a execução orçamentária, mutações no patrimônio, desempenho econômico-financeiro, evidenciados no Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração de Variação Patrimonial e Demonstração de Fluxo de Caixa.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31/12/2024 os valores registrados como Caixa e Equivalentes de Caixa no Balanço Patrimonial correspondem a R\$1.392.567,65 o qual detalhamos a seguir:

O Registros constantes em Caixa e Equivalentes de Caixa, obedecem a utilização da Moeda funcional, o Real.

Em virtude da necessidade do controle de saldo e movimentação separada entre caixa de pagamento de benefícios e encargos deles provenientes, e taxa de administração, o IPREJUN possuía com saldo em 31/12/2024, Contas Correntes:

| BANCOS CONTAS MOVIMENTOS- POSIÇÃO | | | | |
|-----------------------------------|--|----------------------------|----------------------------|--------|
| Cód. Do Banco | Descrição | Saldo 31/12/2024 R\$ | Saldo 31/12/2023 R\$ | ΔH % |
| 16 | Banco Bradesco- Conta Corrente taxa de Administração | 1,00 | 1,00 | - |
| 379 | Banco Bradesco- Conta Corrente- Benefícios | 1.385.415,38 | 7.454,88 | 18484% |
| 385 | Banco do Brasil S/A- Conta Corrente | 7.150,27 | 447,30 | 1499% |
| 404 | Banco Bradesco- Conta Corrente Taxa de Administração | 1,00 | | |
| | Total | 1.392.567,65 | 7903,18 | |

A variação horizontal das contas 379 e 385, ocorreram pois:

379- O saldo de R\$ 1.385.415,38 foi mantido em conta corrente em função da necessidade de estar disponível para o repasse de valores retidos em folha de pagamento de beneficiários. Então, conforme prevê a contabilidade pública, uma vez que o recurso pertencia a terceiros, e apenas estava na fidúcia do IPREJUN, o mesmo foi mantido em disponibilidades. O valor fazia jus a somatória de Retenções- Empréstimos e financiamento- consignações Bradesco- aposentados e Pensionistas, folha de pagamento dezembro/2024- R\$ 1.377.414,19, compondo 99,42% do saldo. O valor de R\$ 7.150,27 refere-se ao recebimento de honorários advocatícios, a ser repassado no exercício de 2025 para a Procuradoria Jurídica do Instituto.

NOTA 4 – CRÉDITOS CIRCULANTE E NÃO-CIRCULANTE

Em 31/12/2024 o montante de Créditos a Curto Prazo registrados no grupo Ativo Circulante é de R\$ 103.410.660,91 e os Créditos a Longo Prazo no grupo Ativo Não - Circulante é de R\$ 3.064.506.759,32, totalizando o valor de R\$ 3.167.917.420,23, uma variação positiva de 13%. A seguir detalhamos a composição:

| Créditos a Curto Prazo | | | |
|---|--------------------------|--------------------------|------------|
| Tipo | Valor em 31/12/2024(R\$) | Valor em 31/12/2023(R\$) | ΔH % |
| Empréstimos a Receber RPPS | 11.242.372,32 | 10.434.484,15 | 8% |
| Contribuições do RPPS a receber Patronal | 42.260.165,25 | 37.713.457,93 | 12% |
| Contribuições a Receber Servidor, Aposentado e Pensionista | 17.708.356,78 | 15.800.348,95 | 12% |
| Crédito Previdenciários do RPPS Parcelados- Patronal | 30.327.258,10 | 27.319.654,24 | 11% |
| Crédito do RPPS Junto ao RGPS | 914.205,64 | | |
| Compensação Financeira Entre Regimes Previdenciários- Estad | 805.294,01 | | |
| Compensação Financeira Entre Regimes Previdenciários- Munic | 153.008,81 | | |
| Total | 103.410.660,91 | 91.267.945,27 | 13% |

Os empréstimos a Receber e Crédito Previdenciário do RPPS Parcelados- Patronal, são oriundos de contratos com a Prefeitura do Município de Jundiá, sendo Acordo 05/2000; 06/2000; 107/2018; 108/2018 e 536/2020. Todos mensurados pelo custo histórico, corrigidos com atualização monetária. O saldo é correspondente com o registro de Dívida Consolidada do Município.

| EMPRÉSTIMOS E PARCELAMENTOS EM 31/12/2024 | | | | | |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| TIPO | 05/2000. | 06/2000. | 07/2018. | 108/2018. | 536/2020. |
| CP | 5.245.865,20 | 11.242.372,32 | 7.795.007,89 | 3.128.921,41 | 14.157.463,60 |
| LP | 26.229.326,02 | 56.211.861,59 | 68.206.319,06 | 27.378.062,29 | |
| TOTAL DEVEDOR | 31.475.191,22 | 67.454.233,91 | 76.001.326,95 | 30.506.983,70 | 14.157.463,60 |

- 1) O valor de R\$ 11.242.372,32, refere-se ao contrato de empréstimo contraído pela Prefeitura do Município de Jundiá junto ao IPREJUN e se encontra contabilizado na conta contábil 1.1.2.4.2.07.01 – Empréstimos a Receber RPPS;

- 2) A quantia de R\$ 42.260.165,25 refere-se a Contribuição Previdenciária Patronal da competência de 12/2024 cujo recebimento é estimado para ocorrer em janeiro/2025 e se encontra contabilizado na conta contábil 1.1.3.6.2.01.01 - Contribuições do RPPS a Receber Patronal;
- 3) Já o valor de R\$ 17.708.356,78, trata-se de Contribuições do RPPS a Receber Servidor, Aposentado, Pensionista da competência 12/2024 cujo recebimento também é estimado para ocorrer em janeiro/2025, a contabilização ocorreu na conta contábil 1.1.3.6.2.01.02- Contribuições do RPPS a Receber Servidor, Aposentado, Pensionista;
- 4) O montante de R\$ 30.327.258,10 se refere a Créditos Previdenciários Patronais que se encontram em regime de parcelamento e estão contabilizados na conta contábil 1.1.3.6.2.02.01 - Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados – Patronal

No exercício de 2024, foi considerado a inclusão de acordo com o MCASP 10º edição, da constituição de valor a receber de Compensação Previdenciária- COMPREV, uma vez que o relatório de fechamento mensal liberado pelo sistema do COMPREV, é liberado com defasagem de dois meses, registrou-se a receber em janeiro/2025, o valor correspondente de: R\$ 914.205,64 (RGPS), R\$ 805.294,01 (Estados) e R\$ 153.008,81 (Municípios).

| Tipo | Valor em 31/12/2024(R\$) | Valor em 31/12/2023(R\$) | ΔH % |
|---|--------------------------|--------------------------|------------|
| Empréstimos a Receber RPPS | 56.211.861,59 | 62.606.904,87 | -10% |
| Crédito Previdenciários do RPPS Parcelados- Patronal | 121.813.707,37 | 140.986.737,10 | -14% |
| Valor atual da Contribuição Patronal Suplementar para Cobertura do Déficit Atuarial- Fundo em Capitalização | 2.886.481.190,36 | 2.501.894.634,47 | 15% |
| Total | 3.064.506.759,32 | 2.705.488.276,44 | 13% |

O longo prazo, é composto por Empréstimos a Receber; Crédito Previdenciário Parcelado no Longo Prazo e valor de Contribuição Patronal Suplementar para Cobertura de Déficit Atuarial.

- A) O valor de R\$ 56.211.861,59 representa parcelas do empréstimo a receber, cujo vencimento se dará no Longo Prazo e se encontra contabilizado na conta

contábil 1.2.1.1.2.03.03- Empréstimos a Receber RPPS e com uma variação de 10% em relação ao exercício anterior, em função do recebimento das parcelas mensais e atualização monetária.

Nos Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados, tem-se o montante de R\$ 121.813.707,37 que representa os créditos previdenciários do RPPS que se encontram em regime de parcelamento, cujo vencimento se dará no Longo Prazo e se encontram contabilizados na conta contábil 1.2.1.1.2.06.04.

B) Já o valor de R\$ 2.886.481.190,36 representa o valor atual do plano de amortização do déficit atuarial vigente, instituído através da Lei Municipal nº 10.217 de 04/09/2024 e constante do Relatório de Avaliação Atuarial elaborado pela empresa Arima Consultoria Atuarial, assinada pelo representante técnico Sr. Thiago Soares Marques, MIBA 1507, data-base 31/12/2023, que se encontra registrado na conta contábil 1.2.1.1.2.08.02 - Valor atual da contribuição patronal suplementar para cobertura do déficit atuarial.

5) Devido ao novo entendimento publicado na orientação da IPC 14 – Instrução de Procedimentos Contábeis, quando há a implementação da medida de equacionamento do Déficit Atuarial, os valores decorrentes do plano de amortização devem ser registrados no Ativo Não Circulante, por tratar-se de direitos a receber pelo o RPPS no longo prazo. Em contrapartida, ocorreu a exclusão da conta redutora do Passivo 2.2.72.1.05.98- (-) Outros créditos do plano de amortização do PCASP 2023.

A título de informação, demonstramos a base legal referente a concessão empréstimo e parcelamento de contribuições previdenciárias: Empréstimo – Termo de Acordo 006/2000 – Lei nº 4.892 de 14 de novembro de 1.996; Parcelamento Contribuições Previdenciárias- Termo de Acordo 005/2000 - Lei: nº.5.573 de 21 de dezembro de 2000; Parcelamento Contribuições Previdenciárias -Termos de Acordo 107/2018 e 108/2018) - Lei nº 8.893/17; Parcelamento Contribuições Patronais do período de

março/2020 a setembro/2020, autorizado pela Lei Complementar Federal 173/2020-Acordo 00536/2020 – Lei nº 9459/2020.

NOTAS 5- APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras no IPREJUN, que são oriundas na essência de contribuições para manutenção do Regime, devem para garantir o pagamento futuro dos benefícios e serem realizadas de maneira responsável, rentabilizadas ao longo dos anos, para mitigação do efeito inflacionário, para isso, faz-se necessário as aplicações financeiras em Títulos e valores Mobiliários. Isto posto, tem-se:

| Curto Prazo- Classificação | Valor em 31/12/2024 (R\$) | Valor em 31/12/2023 (R\$) |
|---------------------------------------|--|--|
| Investimentos Renda fixa | 256.927.496,78 | 1.646.912.228,82 |
| Investimentos Renda Variável | 396.875.843,25 | 505.719.973,78 |
| Investimento no Exterior | 273.873.582,15 | 148.099.024,44 |
| Investimento Estruturado | 139.969.219,70 | 312.909.354,92 |
| Investimento Imobiliário | 5.140.164,07 | 33.485.645,00 |
| Investimento Reserva de Administração | 8.557.206,08 | 34.282.457,86 |
| Total | 1.081.343.512,03 | 2.681.408.684,82 |

| Longo Prazo- Classificação | Valor em 31/12/2024 (R\$) | Valor em 31/12/2023 (R\$) |
|--|--|--|
| Investimentos Renda fixa | 1.632.798.729,72 | |
| Investimentos Renda Variável | 4.298.134,42 | |
| Outros valores Mobiliários | 264.465.813,34 | |
| Fundos Avaliados a Valor de Mercado | 1.565.732,91 | |
| Outros Investimentos e aplicações Temporários | 28.569.809,86 | |
| Outros Investimentos e Aplicações Temporárias a LP | 11.349.634,84 | |
| Total | 1.943.047.855,09 | - |

No exercício de 2024, iniciou-se a alocação dos recursos a Longo Prazo, considerando a característica dos investimentos, e intenção de prazo de permanência, de acordo com as disposições do MCASP e IPC14 e previsão no plano de contas, estas registradas nas contas 1.2.1.3- Investimento e Aplicações Temporárias a Longo Prazo- consolidação, mantendo o apurado no setor de Investimento. Os valores detalhados constam da de Carteira de Investimento disponível em: https://iprejun.sp.gov.br/N/arquivos/planilha_investimento/1738066141.pdf

No exercício de 2024 ocorreu a segregação dos investimentos nos atributos P e F- uma vez que no exercício de 2023, todos os fundos estavam classificados com atributo Patrimonial (P). No mês de novembro/2024 o Instituto adotou a separação, conforme descrito nos lançamentos determinados pela IPC14, em P e F.

Os investimentos somaram em 31/12/2024 R\$ 3.024.391.367,12, segregados na conta 1.1.4.0.0.00.00- Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo: R\$ 1.081.343.512,03 e 1.2.1.3.1.00.00: 1.943.047.855,09.

Em Renda fixa para constituir o saldo em relatório de Investimento tem-se: conta 1.1.4.4.1.01.00- APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO- R\$ 256.927.496,78 (excluindo-se R\$ 26.775.569,37- taxa de Administração- resulta em R\$ 230.151.927,41); 1.2.1.3.1.98.00- OUTROS INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO- R\$ 11.349.634,84; 1.2.1.3.1.04.00- FUNDOS AVALIADOS A VALOR DE MERCADO- R\$ 1.565.732,91, e APLICAÇÕES DO RPPS EM TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL MARCADOS NA CURVA – contas 1.2.1.3.1.08.01 e 1.2.1.3.1.08.11 no valor R\$ 1.632.798.729,72*, totalizando assim R\$ 1.875.866.024,88.

Renda Variável é composto pelas contas 1.1.4.4.1.02.00- APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO- R\$ 396.875.843,25; 1.2.1.3.1.01.13- FUNDO DE APLICAÇÕES EM COTAS - RENDA VARIÁVEL (F)- R\$ 4.298.134,42, Total de R\$ 401.173.977,67.

Investimentos no Exterior está registrado em 1.1.4.4.1.03.00- APLICAÇÕES DO RPPS EM FUNDOS DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR- R\$ 273.873.582,15.

Os Fundos Estruturados em 1.1.4.4.1.04.00- APLICAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTO ESTRUTURADOS - RPPS – R\$ 139.969.219,70; em 1.2.1.3.1.01.13- APLICAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTO ESTRUTURADOS – RPPS (F) – R\$ 144.944.298,17 e 1.2.1.3.1.01.99- APLICAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTO ESTRUTURADOS (P) - RPPS – R\$ 119.524.515,17, somando R\$ R\$ 404.435.033,04.

Investimento em Fundo Imobiliário resultou em R\$ 33.709.973,93, oriundo das contas R\$ 1.1.4.4.1.05.00- R\$ 5.140.164,07, 1.2.1.3.1.03.00 APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE IMÓVEIS – R\$ 28.569.809,86.

Foi identificada a Classificação de R\$ 26.775.569,37, fundos de taxa de Administração, classificados como Fundos em Renda Fixa, porém, o plano de contas possui conta específica para taxa de Administração, a reclassificação foi realizada em 01/01/2025. Os investimentos relacionados à taxa de Administração totalizam R\$ 35.332.775,45

A aferição de receitas realizadas no resgate dos fundos de investimento ocorreu após a contratação de software específico, que permitiu a apuração do ganho efetivado em cada resgate total de cotas, conforme previsto no IPC14. O reconhecimento das Receitas auferidas nos Fundos de Investimento totalizou R\$ 140.500.798,97.

No exercício, a conta contábil 1.1.4.9.1.05.11- Redutora do ativo- (-) AJUSTE DE PERDAS ESTIMADAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, onde anteriormente registrava-se o potencial saldo de perda dos fundos, foi zerada. Atualmente, a estimativa de possível perda com investimentos está registrada como VPD- 3.6.1.7.08.00- DESVALORIZAÇÃO A VALOR JUSTO DOS INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS DO RPPS. A antiga metodologia ensejava em registro duplicado, na VPD. Assim foi baixado em 31/12/2024, o valor de R\$40.000.000,00. Esta opção de contabilização ensejou na necessidade de utilização da Dedução de Receita, no advento de perda de Investimento. A exemplo disso, foram reconhecidas perdas de Investimento, no dia 30/12/2024: Banco 342 BRADESCO H FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES SMALL CAPS, no valor de – R\$ 5.475.688,60; Banco 345 BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES, no valor de – R\$ 9.702.068,21 Banco 351 BB AÇÕES SMALL CAPS FI EM COTAS DE FI, no valor de – R\$ 17.825.194,33 Banco 353 SAFRA CONSUMO PB FIC FIA, no valor de – R\$ 20.753.257,15. Os resgates destes fundos ocorreram no ano de 2024.

* MARCAÇÃO DOS TÍTULOS

É importante destacar que parte das aplicações financeiras do Instituto possuem marcação na curva, ou seja, são títulos precificados pelo valor que será recebido no

vencimento. É um método que se baseia na curva de juros e não leva em consideração as variações diárias de preço. Em 31/12/2024, as NTN-B – Notas do Tesouro Nacional – Série B precificadas pela marcação na curva totalizaram R\$ 1.632.798.729,72. Estes valores estão registrados no grupo 1.2.1.3.1.08 como Aplicações do RPPS em títulos do tesouro nacional marcados na curva.

NOTA 6 - ESTOQUES

O saldo apurado de estoques refere-se ao estoque de materiais de expediente e diversos, como produtos de limpeza.

| ESTOQUE E ATIVOS BIOLÓGICOS | | | |
|------------------------------------|--|--|-------------|
| Classificação | Valor em 31/12/2024 (R\$) | Valor em 31/12/2023 (R\$) | ΔH % |
| Materiais de Expediente | 9.356,55 | 8.633,64 | 8% |
| Gêneros Alimentícios | 1.549,04 | 2.018,93 | -23% |
| Materiais Diversos | 17.917,41 | 8.940,89 | 100% |
| Total | 28.823,00 | 19.593,46 | 47% |

NOTA 7- VPD PAGA ANTECIPADAMENTE

O Valor registrado na conta contábil 1.1.9.1.1.99 refere-se a prêmios de seguros (seguro predial), pagos em 2024, cujas parcelas serão apropriadas ao longo de 2025.

| VPD PAGA ANTECIPADAMENTE | | | |
|---------------------------------|--|--|-------------|
| Classificação | Valor em 31/12/2024 (R\$) | Valor em 31/12/2023 (R\$) | ΔH % |
| Seguros a apropriar | 2.179,20 | 8.633,64 | |
| Total | 2.179,20 | 8.633,64 | -75% |

A Variação horizontal foi a menor, em razão de saldo a menor a título de seguros a apropriar, pois o contrato vencerá em agosto de 2025.

NOTA 8- IMOBILIZADO

O saldo do Ativo Imobilizado em 31/12/2024 é de R\$ 6.011.518,80, sendo subdividido em Bens Móveis R\$ 380.628,75 e Imóveis de R\$ 5.630.890,05.

| ATIVO IMOBILIZADO | | | |
|--|---------------------------|---------------------------|------|
| Classificação | Valor em 31/12/2024 (R\$) | Valor em 31/12/2023 (R\$) | ΔH % |
| Bens Moveis (I) | 683.607,26 | 624.374,37 | 9% |
| Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas | 93.360,47 | 99.986,22 | -7% |
| Bens de Informática | 143.727,60 | 139.120,62 | 3% |
| Móveis e Utensílios | 430.637,54 | 367.116,63 | 17% |
| Materiais culturais, Educacionais e de Comunicação | 2.789,90 | 290,90 | 859% |
| Demais Bens Móveis | 13.091,75 | 17.860,00 | -27% |
| Bens Imóveis (II) | 6.256.747,10 | 5.458.776,32 | 15% |
| Bens de Uso Especial | 6.256.747,10 | 5.458.776,32 | 15% |
| Depreciação (III) | 928.835,56 | 660.081,00 | 41% |
| Depreciação Acumulada Bens Móveis | 302.978,51 | 248.803,51 | 22% |
| Depreciação Acumulada Bens Imóveis | 625.857,05 | 411.277,49 | 52% |
| Total Ativo Imobilizado (I)+(II)-(III) | 6.011.518,80 | 5.423.069,69 | 11% |

Movimentação do Imobilizado

No exercício de 2024, o IPREJUN, realizou a compra de alguns materiais, que impactaram nos bens móveis, totalizando R\$ 59.232,89, o que ensejou na variação horizontal nas contas de Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação, houve uma reclassificação de alguns bens que estavam registrados em Demais Bens Móveis para Bens de Informática, resultando numa diminuição de 27% na conta em relação a 2023, doutro modo, contribuindo com o acréscimo de 17%.

A Depreciação Acumulada, no fechamento de 2024, foi de R\$ 302.978,51, considerando a movimentação anual de R\$ 54.175,00, em razão de novas aquisições e depreciação em curso;

| MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO- BENS MÓVEIS | | | |
|---|-------------------|-------------------|-------------|
| Descrição | 2024 | 2023 | ΔH % |
| Saldo Conta Bens Móveis sem depreciação- Ano | 624.374,37 | 615.330,39 | 1,47% |
| (+) Aquisições no Ano | 59.232,89 | 9.043,98 | 554,94% |
| (-) Baixas | | | |
| (=) Saldo do Imobilizado em 31/12- Antes da Depreciação | 683.607,26 | 624.374,37 | 9,49% |
| (-) Depreciação Acumulada | - 302.978,51 | - 248.803,51 | 21,77% |
| (=) Saldo de Imobilizado (bens Móveis) 31/12 | 380.628,75 | 375.570,86 | |

A movimentação de imobilizado- Bens Imóveis- Edifícios, registrada na conta 1.2.3.2.1.01.03, teve o acréscimo de R\$ 838.070,78, destes: R\$ 40.100,00 de movimento de incorporação ao bem imóvel, ocorrida em 31/05/2024 e R\$ 797.970,78 em virtude da incorporação da obra de instalação do forro e brise, esta incorporação inclusa contabilmente em 31/07/2024 (Manutenção agregadora). Tais atividades resultaram num acréscimo ao ativo imobilizado, que bruto figurou em 31/12/2024 com o valor de R\$ 6.256.747,10.

O terreno onde o edifício sede do IPREJUN foi construído ainda não é um bem de propriedade do IPREJUN. Trata-se de um bem cedido pela Prefeitura Municipal de Jundiá para uso a título gratuito pelo IPREJUN por 20 anos, contados a partir de 21/11/2012 com vencimento em 20/11/2032 (datas conforme extrato do termo aditivo publicado na imprensa oficial do município de Jundiá em 05/08/2020). A doação está prevista para ocorrer no final do contrato de cessão de uso em 20/1/2032. Antes do vencimento, existe a possibilidade de renovação da cessão de uso por mais 20 anos.

Devido a não ter a propriedade do terreno, o mesmo não está contabilizado em conta contábil de bens imóveis do IPREJUN. O valor do terreno é controlado através da conta 8.9.9.8.1.00.00- Permissão de uso- bens recebidos, pelo montante de R\$ 1.835.075,20 (Processo Adm. 17.221/2009). Em fevereiro de 2025 foi realizada a reavaliação do mesmo, em virtude da emissão de novo laudo – Processo SEI IPJ.0000071/2025.

A depreciação do Imóvel teve um acréscimo de 52,17% (R\$ 214.579,56), totalizando em 31/12/2024, R\$ 625.857,05 reais.

| MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO- BENS IMÓVEIS | | | |
|--|---------------------|---------------------|---------------|
| Descrição | 2024 | 2023 | ΔH % |
| Saldo Conta Bens Imóveis sem depreciação- Saldo Inicial | 5.418.676,32 | 5.418.676,32 | 0,0000% |
| (+) Construção e Manutenção agregadoras | 838.070,78 | | |
| (=) Saldo do Imobilizado em 31/12- Antes da Depreciação | 6.256.747,10 | 5.418.676,32 | 15,47% |
| (-) Depreciação Acumulada | - 625.857,05 | - 411.277,49 | 52,17% |
| (=) Saldo de Imobilizado (bens Móveis) 31/12 | 5.630.890,05 | 5.007.398,83 | |

NOTA 9- COMPOSIÇÃO ATIVO

O Ativo Circulante representa 19,13% do Ativo Total, enquanto o Ativo Não Circulante 80,87%. A variação decorre da segregação das aplicações financeiras de curto e longo prazo, conforme já evidenciado.

A situação do ativo, condiz com a natureza do RPPS, uma vez que são recursos para o pagamento de recursos previdenciários no longo prazo.

| ATIVO | | | | |
|---|-------------------------|-------------------------|------------------|------------------|
| TÍTULOS | 2024 | 2023 | ΔV2024 % | ΔV2023 % |
| ATIVO CIRCULANTE | 1.186.177.742,79 | 2.732.709.819,02 | 19,13269% | 50,20022% |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 1.392.567,65 | 7.903,18 | 0,02246% | 0,00015% |
| Créditos a Curto Prazo | 103.410.660,91 | 91.267.945,27 | 1,66798% | 1,67660% |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo | 1.081.343.512,03 | 2.641.408.684,82 | 17,44174% | 48,52301% |
| Estoques / Ativos Biológicos | 28.823,00 | 19.593,46 | 0,00046% | 0,00036% |
| Ativo Não Circulante Mantido para Venda | - | - | | |
| VPD Pagas Antecipadamente | 2.179,20 | 5.692,29 | 0,00004% | 0,00010% |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | 5.013.566.133,21 | 2.710.911.346,13 | 80,86731% | 49,79978% |
| Realizável a Longo Prazo | 5.007.554.614,41 | 2.705.488.276,44 | 80,77035% | 49,70016% |
| Investimentos | - | - | | |
| Imobilizado | 6.011.518,80 | 5.423.069,69 | 0,09696% | 0,09962% |
| Intangível | - | - | | |
| Diferido | - | - | | |
| TOTAL | 6.199.743.876,00 | 5.443.621.165,15 | 100,00% | 100,00% |
| ATIVO FINANCEIRO | 2.031.196.390,06 | 24.463.790,56 | 32,76% | 0,45% |
| ATIVO PERMANENTE | 4.168.547.485,94 | 5.419.157.374,59 | 67,24% | 99,55% |
| SALDO PATRIMONIAL | | | | |
| QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO | | | | |
| Atos Potenciais Ativo | 2024 | 2023 | | |
| Garantias e Contragarantias Recebidas | - | 8.538,41 | | |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres | - | - | | |
| Direitos Contratuais | - | - | | |
| Demandas Judiciais | - | - | | |
| Outros Atos Potenciais do Ativo | 127.422.755,94 | 294.861.587,24 | | |

10- PASSIVO CIRCULANTE

O total do Passivo Circulante é de R\$ 8.823.520,95, sendo a maior parcela deste valor R\$ 6.880.822,31, registrada em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e assistenciais a Pagar a Curto Prazo.

Em análise horizontal, a variação foi negativa em 39%, ensejado pela queda em 16 % e 58%. Abaixo listamos a composição do passivo circulante:

| PASSIVO CIRCULANTE | | | |
|---|----------------------------------|----------------------------------|-------------|
| Classificação | Valor em 31/12/2024 (R\$) | Valor em 31/12/2023 (R\$) | ΔH % |
| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assitenciais a Pagar a Curto Prazo | 6.880.822,31 | 8.208.320,41 | -16% |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | 176.142,43 | 1.955,01 | 8910 % |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | 1.766.556,21 | 4.234.159,50 | -58% |
| Passivo Circulante | 8.823.520,95 | 12.444.434,92 | -29% |

O valor de R\$ 6.880.822,31 é composto pelas seguintes contas:

| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assitenciais a Pagar a Curto Prazo | | | | |
|--|--|----------------------------------|----------------------------------|-------------|
| Contas | Descrição | Valor em 31/12/2024 (R\$) | Valor em 31/12/2023 (R\$) | ΔH % |
| 211110101 | Salários, Remunerações e Benefícios (F) | | 84.985,48 | -100% |
| 211110103 | Férias (P) | 391.232,67 | | |
| 211110104 | Licença- Pênio | 142.755,72 | | |
| 211110111 | Salários, Remunerações e Benefícios (P) | 300.923,82 | | |
| 211110503 | Precatório de Pessoal- regime Ordinário- A partir de 05/05/2000- Não vencidos | 1.798.007,40 | | |
| 211110600 | Pessoal a Pagar- Sentenças Judiciais- Exceto Precatórios (P) | 13.000,00 | | |
| 211210100 | Benefícios Previdenciários a Pagar- Consolidação | 2.049,38 | | |
| 211210503 | Precatórios de Benefícios Previdenciários- Regime Ordinário- A partir de 05/05/200 | | 8.040.900,00 | -100% |
| 211210600 | Benefícios Previdenciários A Pagar- Decisões Judiciais- Exceto Precatórios | 4.081.550,00 | | |
| 211230501 | Obrigações do RPPS Junto ao RGPS (F) | 68.682,41 | | |
| 211250501 | Crédito do RPPS Junto ao RPPSde Municipio (F) | 4.084,71 | | |
| 211310101 | Benefícios assistenciais A Pagar | | | |
| 211410100 | Contribuições ao RGPS- Contribuições Sobre Salários e Remunerações | | 36.475,62 | -100% |
| 211410801 | Contribuição a Entidade de Previdência Complemetar (F) | 506,23 | | |
| 211420101 | Contribuição a regime Próprio de Previdência (RPPS) (F) | 25.634,88 | 45.959,31 | -44% |
| 211429901 | Outros Encargos Sociais (F) | 33.635,04 | | |
| 211430101 | Contribuições Ao RGPS- Contribuição Sobre Salários e Remuneração | 18.760,05 | | |
| | Total | 6.880.822,31 | 8.208.320,41 | -16% |

Foi registrada na contabilidade a obrigação referente ao passivo judicial do IPREJUN, conforme levantamento das lides envolvendo o instituto, elaborado pela Procuradoria

Jurídica, e que demonstrou a possibilidade de perdas em decisões judiciais, sendo: Perdas concretizadas: R\$ 3.199.050,00 (aposentados), R\$ 370.000,00 (pensões), R\$ 13.000,00 (ativos);

Perdas prováveis: R\$ 512.500,00 (aposentados)

Total: R\$ 4.081.550,00 registrado na conta 2.1.1.2.1.06.00.

O valor de R\$ 1.798.007,40, refere-se à contabilização de Mapa de precatórios a serem pagos no exercício de 2025, registrado na conta 2.1.1.1.05.03, deste R\$ 1.752.524,12 compete a aposentadorias enquanto R\$ 45.483,28 a pensões.

No exercício de 2024, começou a ser constituída a provisão de pagamento referente a Licença- Prêmio, considerando a possibilidade prevista pela Lei Complementar 499/2010 para que o benefício seja pago em pecúnia. O cálculo corresponde a 1/60 por mês da folha de pagamento de servidores, totalizando até 31/12/2024 R\$ 142.755,72. Ainda no que tange a folha de pagamento, tem-se como férias a pagar, e seus encargos, R\$ 391.232,67.

Também foi inserido o registro de benefícios a pagar, no valor de R\$ 300.923,92, composto por saldo de quitações a pagar- pessoas que faleceram e os herdeiros ou pensionistas têm montante a receber, nos termos da lei.

O saldo de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, de R\$ 176.142,43, disposto:

| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | | | | |
|---|--|---------------------------|---------------------------|--------------|
| Contas | Descrição | Valor em 31/12/2024 (R\$) | Valor em 31/12/2023 (R\$) | ΔH % |
| 213110101 | Fornecedores Não Parcelados A Pagar (F) | 3.142,43 | 1.955,01 | 61% |
| 213110900 | Fornecedores Nacionais- Decisões Judiciais- Exceto Precatórios | 173.000,00 | - | |
| | Total | 176.142,43 | 1.955,01 | 8910% |

O valor de R\$173.000,00 compõe a maior parte do saldo, e se refere a inclusão em provisão de passivo judicial a pagar- Fiscalização Construção, tida como Perda Provável, a ser executado em 2025.

Em Fornecedores Não Parcelados a Pagar, tem-se R\$ 3.142,43, relativo a Restos a Pagar, de Serviços especializados de tecnologia da informação para acesso aos dados do SIRC.

O total registrado a título de Demais Obrigações a Curto Prazo, no valor de R\$ 1.766.556,21, contempla valores a serem repassados a terceiros em 2025, e estão detalhadas a seguir:

| Demais Obrigações a Curto Prazo | | | | |
|---------------------------------|--|---------------------------|---------------------------|-------------|
| Contas | Descrição | Valor em 31/12/2024 (R\$) | Valor em 31/12/2023 (R\$) | ΔH % |
| 218810110 | Adiantamento de Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo | 358,20 | 358,20 | 0% |
| 218810111 | Planos de Previdência e Assistência Médica | 506,23 | - | |
| 218810113 | Retenções- Entidades Representativas de Classes (F) | 47,26 | 47,26 | 0% |
| 218810114 | Retenções- Planos de Seguros (F) | 6.371,55 | 6.455,86 | -1% |
| 218810115 | Retenções- Empréstimos e Financiamentos (F) | 1.708.224,86 | 342.340,73 | 399% |
| 218810499 | Outros Depósitos (F) | 8.602,61 | 32.315,45 | -73% |
| 218819900 | Outros Valores Restituíveis (F) | 3.183,50 | 3.183,50 | 0% |
| 218820101 | RPPS- Retenções Sobre Vencimentos e Vantagens (F) | 24.522,88 | 19.174,42 | 28% |
| 218820104 | Imposto Sobre a Renda Retido na Fonte- IRRF (F) | 2.439,79 | 3.814.043,28 | -100% |
| 218820108 | ISS (F) | 612,03 | 568,54 | 8% |
| 218830102 | Contribuição ao RGPS (F) | 11.687,30 | 15.276,26 | -23% |
| Total | | 1.766.556,21 | 4.233.763,50 | -58% |

Em resumo, o saldo da conta “Adiantamento de Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo” é composto por retenções extraorçamentárias, situação em que o Instituto é apenas o intermediário financeiro. O mesmo apresentou um decréscimo de 58% quando comparado a 2023, pois parte dos repasses referentes à folha de pagamento de dezembro/2024 e 13º salário/2024 já foram realizados dentro do próprio exercício, restando apenas o saldo de R\$ 1.766.556,21 na conta contábil 218800000, cuja maior parte refere-se a Retenção de Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$ 1.708.224,86. E seu desdobramento deu-se:

| ANEXO 17 | | | | |
|---|-----------------------------|------------------------|-------------------|---------------------------------|
| Descrição | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | MOVIMENTO NO EXERCÍCIO | | SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE |
| | | INSCRIÇÃO | BAIXA | |
| DEPÓSITO | | | | |
| 218810103- Encargos sociais Outras entidades (F) | - | | | |
| 218810110- Pensão Alimentícia (F) | 358,20 | 1533940,37 | 1533940,37 | 358,20 |
| 218810111- Planos de Previdência e Assistência Médica (F) | - | 6071,34 | 5565,11 | 506,23 |
| 218810113- Retenções Entidades Representação Calsses (F) | 47,26 | 5058750,42 | 5058750,42 | 47,26 |
| 218810114- Retenções Plano de Segurs (F) | 6.455,86 | 103949,33 | 104033,64 | 6.371,55 |
| 218810115- Retenções- Empréstimos e Financiamentos (F) | 342.340,73 | 23.829.945,69 | 22.464.061,56 | 1.708.224,86 |
| 218810499- Outros Depósitos (F) | 32.315,45 | 48271,11 | 71983,95 | 8.602,61 |
| 218819900- Outros Valores Restituíveis (F) | 3.183,50 | 47969,46 | 47969,46 | 3.183,50 |
| 2188201101- RPPS- Retenções sobre Vencimentos e Vantagens (F) | 19.174,42 | 35627707,8 | 35622359,34 | 24.522,88 |
| 218820104- Impostos sobre a Renda Retido na Fonte (F) | 3.814.043,28 | 53705589,64 | 57517193,13 | 2.439,79 |
| 218820108- ISS | 568,54 | 38073,49 | 38030 | 612,03 |
| 218830102- Contribuição ao RGPS (F) | 15.276,26 | 119563,45 | 123152,41 | 11.687,30 |
| 218910101- Indenizações a Servidores (F) | 396,00 | 489656,4 | 490052,4 | - |
| Totais | 4.234.159,50 | | | 1.766.556,21 |
| Restos a Pagar | | | | - |
| Não Processados | 825.480,42 | 473332,42 | 825480,42 | 473.332,42 |
| Processados | 169.771,42 | 156495,13 | 169771,42 | 156.495,13 |
| Total Restos a Pagar | 995.251,84 | 629.827,55 | 995.251,84 | 629.827,55 |
| TOTAL GERAL | 5.229.411,34 | 629.827,55 | 995.251,84 | 4.863.987,05 |

O saldo de restos a pagar não-processado refere-se as despesas orçamentárias não liquidadas no valor R\$ 473.332,42 cujas fases de liquidação e pagamento deverão ocorrer no exercício seguinte. Os valores registrados como Restos a Pagar Processados são da ordem de R\$ 156.495,13 refere-se a despesas com o pagamento do INSS e Folha de Pagamento que já passaram pela fase de liquidação, ficando pendente o pagamento a ocorrer em 2025.

NOTA 11 – PASSIVO NÃO-CIRCULANTE – PROVISÕES A LONGO PRAZO

O valor registrado no balanço patrimonial em 31/12/2024 a título de Provisões a Longo Prazo é R\$ 6.382.218.151,52 e refere-se a Provisão Matemática Previdenciária (PMP) cuja composição detalhamos a seguir:

| CONTA | DESCRIÇÃO | Valor em 31/12/2024 (R\$) | Valor em 31/12/2023 (R\$) | ΔH % |
|-----------------|---|---------------------------------|---------------------------------|--------|
| 2.2.7.2.1 | Provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo – consolidação - 31/12/2024 | R\$ 6.382.218.151,52 | R\$ 5.397.535.307,32 | 18,2% |
| 2.2.7.2.1.03 | Fundo em capitalização - provisões de benefícios concedidos | R\$ 3.805.334.953,44 | R\$ 3.544.521.926,11 | 7,4% |
| 2.2.7.2.1.03.01 | (+) Aposentadorias/pensões concedidas | R\$ 4.390.977.997,62 | R\$ 4.030.782.023,61 | 8,9% |
| 2.2.7.2.1.03.03 | (-) Contribuições do aposentado | R\$ 344.089.379,54 | R\$ 308.636.964,96 | 11,5% |
| 2.2.7.2.1.03.04 | (-) Contribuições do pensionista | R\$ 19.914.185,44 | R\$ 18.476.333,27 | 7,8% |
| 2.2.7.2.1.03.05 | (-) Compensação previdenciária | R\$ 221.639.479,20 | R\$ 159.146.799,27 | 39,3% |
| 2.2.7.2.1.04 | Fundo em capitalização - provisões de benefícios a conceder | R\$ 2.576.883.198,08 | R\$ 1.853.013.381,21 | 39,1% |
| 2.2.7.2.1.04.01 | (+) Aposentadorias/pensões a conceder | R\$ 5.468.909.522,53 | R\$ 4.928.201.925,70 | 11,0% |
| 2.2.7.2.1.04.02 | (-) Contribuições do ente | R\$ 1.053.172.039,00 | R\$ 1.244.149.186,45 | -15,4% |
| 2.2.7.2.1.04.03 | (-) Contribuições do servidor | R\$ 1.510.719.714,10 | R\$ 1.516.396.115,63 | -0,4% |
| 2.2.7.2.1.04.04 | (-) Compensação previdenciária | R\$ 328.134.571,35 | R\$ 314.643.242,41 | 4,3% |

Fonte: Avaliação Atuarial data base (31/12/2023) – página 52. Disponível em: <https://iprejun.sp.gov.br/N/arquivos/atuarial/1712241183.pdf>

Todos os anos o IPREJUN realiza um estudo/laudo atuarial, para saber qual o montante atualizado dos seus compromissos futuros referente a benefícios previdenciários. Este montante chama-se provisão matemática e representa os compromissos a longo prazo do IPREJUN para com seus beneficiários.

O estudo/laudo atuarial tem o objetivo de relatar aspectos relacionados à adequação da base cadastral e às bases técnicas utilizadas, bem como os resultados apurados, o plano de custeio e demais medidas necessárias ao equilíbrio do sistema, em consonância com as normas pertinentes vigentes.

Os valores contabilizados a título de provisão matemática foram obtidos na avaliação atuarial realizada pela empresa Arima Consultoria Atuarial, assinada pelo representante técnico Sr. Thiago Soares Marques, MIBA 1507, data-base 31/12/2023, considerando os dados cadastrais da população abrangida e suas características financeiras e demográficas, além dos regimes e métodos financeiros, hipóteses atuariais e premissas, em consonância com às exigências legais, principalmente

àquelas estabelecidas na Portaria MTP nº 1467, de 02 de junho de 2022, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPS.

A avaliação atuarial contabilizada em 03/2024 apurou que a provisão matemática, que reflete o valor das provisões para o pagamento de benefícios concedidos e a conceder, passaria a ser R\$ 6.382.218.151,52. Se comparado com o valor registrado para a conta no ano de 2023, no total de R\$ 5.397.535.307,32 verificamos uma elevação de 15,43%. O Relatório de Avaliação Atuarial 2024 (disponível em <https://iprejun.sp.gov.br/N/arquivos/atuarial/1712241183.pdf>) traz em sua página 31 as principais causas para a elevação das provisões matemáticas:

“O déficit atuarial agravou-se principalmente devido ao crescimento da folha de pagamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, conforme estabelecido pelas leis municipais nº 9.954/2023, nº 9.955/2023 e nº 9.956/2023. Embora esses aumentos sejam necessários para a valorização dos servidores, têm um impacto direto nas projeções e obrigações previdenciárias. Além disso, o aumento previsto na compensação previdenciária a pagar e as alterações nas hipóteses atuariais, como a atualização da tábua de mortalidade, refletindo uma expectativa de vida mais longa da população, o que implica na necessidade de uma reserva maior para cobrir os benefícios futuros”.

| CONTA | DESCRIÇÃO | Valor em 31/12/2024 (R\$) |
|------------------|--|-----------------------------|
| 2.2.7.2.1 | Provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo – consolidação - 31/12/2024 | R\$ 6.382.218.151,52 |
| 2.2.7.2.1.03 | Fundo em capitalização - provisões de <u>benefícios concedidos</u> | R\$ 3.805.334.953,44 |
| 2.2.7.2.1.03.01 | (+) Aposentadorias/pensões concedidas | R\$ 4.390.977.997,62 |
| 2.2.7.2.1.03.03 | (-) Contribuições do aposentado | R\$ 344.089.379,54 |
| 2.2.7.2.1.03.04 | (-) Contribuições do pensionista | R\$ 19.914.185,44 |
| 2.2.7.2.1.03.05 | (-) Compensação previdenciária | R\$ 221.639.479,20 |
| 2.2.7.2.1.04 | Fundo em capitalização - provisões de <u>benefícios a conceder</u> | R\$ 2.576.883.198,08 |
| 2.2.7.2.1.04.01 | (+) Aposentadorias/pensões a conceder | R\$ 5.468.909.522,53 |
| 2.2.7.2.1.04.02 | (-) Contribuições do ente | R\$ 1.053.172.039,00 |
| 2.2.7.2.1.04.03 | (-) Contribuições do servidor | R\$ 1.510.719.714,10 |
| 2.2.7.2.1.04.04 | (-) Compensação previdenciária | R\$ 328.134.571,35 |

As provisões para benefícios concedidos contabilizadas em março/2024 somam R\$ 3.805.334.953,44 e para benefícios a conceder somam R\$ 2.576.883.198,08, totalizando R\$ 6.382.218.151,52. Em contrapartida, o Instituto é possuidor de ativos garantidores, dentre eles Aplicações Financeiras e Acordos de Parcelamentos a Receber. Além destes ativos, como já informado na nota 04, no Ativo não Circulante está registrado o Plano de Amortização Vigente, no valor de R\$ 2.886.481,190,36. Dessa forma, o resultado atuarial do exercício foi deficitário em R\$ 560.163.467,45. .

a) Inserção Cálculo Atuarial dezembro/2024

As provisões matemáticas a base 31/12/2024 serão contabilizadas no movimento de janeiro/2025- tendo em vista que a Prefeitura Municipal de Jundiaí, órgão centralizador do SIAFIC não inseriu a provisão no movimento contábil do Município de 31/12/2024 e nos demais documentos relacionados a Matriz de Saldos Contábeis- MSC e relatórios fiscais. Em virtude disso, o Instituto lançará o valor da provisão em janeiro/2025, para não ensejar em diferença de informações prestadas pela Prefeitura.

É importante destacar que a avaliação atuarial contabilizada no exercício de 2024 reflete a situação atuarial em 31/12/2023, e que constatada a existência de resultado deficitário no exercício, novo plano de amortização foi instituído, conforme Lei Municipal 10.217/2024, com produção de efeitos a partir do exercício de 2025.

Quando analisamos o índice de cobertura das Provisões Matemáticas encontramos os seguintes percentuais:

2024 – 42,01%

2023 – 41,48%

2022 – 43,70%

Este índice demonstra o quanto da provisão matemática está assegurado pelo patrimônio garantidor e quanto mais próximo de 1,00 mais próximo do equilíbrio atuarial o RPPS estará.

NOTA 12 – RESULTADOS ACUMULADOS OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O resultado Acumulado/Patrimônio Líquido apurado no Balanço Patrimonial de 2024 é negativo em R\$ 191.297.796,47. Este número foi obtido partindo-se dos Resultados Acumulados de Dez/2023, positivos em R\$ 33.641.422,91, adicionando-se ao resultado patrimonial negativo de R\$ -224.939.219,38, obtido na Demonstração das Variações Patrimoniais do período de 01/01/2024 a 31/12/2024.

| Descrição | 2024 | 2023 | 2022 |
|--|-------------------------|----------------------|-----------------------|
| | 33.641.422,91 | 153.519.554,20 | 129.640.093,18 |
| Resultados Acumulados Ano Anterior | - 224.939.219,38 | - 119.878.131,29 | 23.879.461,02 |
| (+) Resultado Patrimonial do Exercício | - | - | - |
| (+) Ajustes de Exercícios Anteriores | - 191.297.796,47 | 33.641.422,91 | 153.519.554,20 |
| (=) Resultados Acumulados | | | - |

Comparando-se o Resultado Acumulado (PL) de 2023 R\$ 33.641.422,91 com o de 2024 R\$ -191.297.796,47 verifica-se que ocorreu a redução do PL no valor de R\$ 224.939.219,38.

As principais alterações no resultado patrimonial decorrem das contas contábeis 4.9.7.1.1.02.00 - Reversão de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo e 3.9.7.2.1.00.00 - VPD de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo. Nessas contas são registradas as atualizações de saldo das provisões matemáticas decorrentes da avaliação atuarial do IPREJUN.

Como já citado anteriormente na Nota Explicativa 11, o resultado atuarial do exercício foi deficitário em R\$ 560.163.467,45. Comparado com o resultado atuarial do exercício anterior (deficitário em R\$ 368.486.024,74), vemos que ocorreu um incremento no déficit atuarial da ordem de R\$ 191.677.422,71 milhões, justificado pelas variações e características da massa segurada e às adequações procedidas às hipóteses atuariais.

O resultado atuarial negativo também foi influenciado pela performance da carteira de investimentos do IPREJUN no exercício de 2024. O RPPS não superou a meta atuarial de 5,00% + IPCA, em virtude do cenário econômico desafiador Brasileiro, estabelecida em sua Política de Investimentos, alcançando o resultado de 8,96% frente à taxa nominal esperada de 10,06%.



Fonte: https://iprejun.sp.gov.br/N/arquivos/planilha_investimento/1738066141.pdf

NOTA 13 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

| | 2024 | 2023 |
|--|-------------------------|-------------------------|
| | Atual | Anterior |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 1.621.275.352,00 | 4.192.875.803,68 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 1.846.214.571,38 | 4.312.753.934,97 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO | - 224.939.219,38 | - 119.878.131,29 |

A Demonstração das Variações Patrimoniais de 2024 apresentou resultado patrimonial negativo de R\$ 224.939.219,38 e isto ocorreu devido as Variações Patrimoniais Diminutivas apresentarem valores maiores do que as Variações Patrimoniais Aumentativas, em especial, nas contas contábeis que registram os resultados das provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo.

NOTA 14- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, segue a elaboração determinada pela Lei 4.320/64, MCASP 10ª Edição e IPCs/ STN.

a) O IPREJUN utiliza-se do sistema misto de regime orçamentário, sendo as receitas registradas por regime de Caixa e as Despesas, de Competência. Tendo em vista a Receita Prevista e Despesa Fixa em LOA (Lei Orçamentária Anual) nº 10.084/23

A) A demonstração abrange o período de um exercício financeiro, configurado de 01/01/2024 a 31/12/2024.

B) Detalhamento das Receitas

As receitas Previstas foram de R\$ 656.265.600,00, enquanto a arrecadada de R\$ 693.588.729,72, detalhadas abaixo:

Percebe-se o maior vulto em Contribuições Sociais-para manutenção do Regime Previdenciário, obrigatórias para concessão de aposentadoria e pensão, tal como

manutenção das já existentes aos servidores efetivos- totalizando R\$ 310.027.096,87, registradas nas Rubricas:

-1.2.1.5.01.1.1.03.06.000- Contribuição Servidores Ativos – R\$ 111.898.072,34

-1.2.1.5.01.2.1.03.06.000- Contribuição Servidores Inativos – R\$ 33.178.144,75

-1.2.1.5.01.3.1.03.06.000- Contribuição Servidores Pensionistas – R\$ 2.165.988,33

-1.2.1.5.02.1.1.03.00.000- Contribuição Patronal R\$ 43.502,01

-7.2.1.5.02.1.1.03.06.000- Contribuição Patronal R\$109.285.862,30

- 7.2.1.5.02.1.2.03.06.000- Contribuição Patronal Multas R\$ 4.897,76

-7.2.1.5.5.01.1.03.06.000- Contribuição Patronal Inativo R\$ 521.013,29

-7.2.1.5.5.11.1.03.06.000- Contribuição Patronal Parcelamentos R\$ 39.231.061,31

-7.2.1.5.5.1.1.2.03.06.000- Contribuição Patronal Parcelamento- Multa R\$ 13.698.554,78

As Contribuições Parceladas a vencer em 2024, foram recebidas, conforme o pactuado nos acordos 05/2000, 107/2018, 108/2018 e 536/2020.

Registrado como Receita de Valores Mobiliário, tem-se o valor de R\$ 172.413.350,33, desdobrado em:

-132104010306001- REMUN. DOS INVEST. DO REGIME PROP. PREV. DO SERVIDOR RENDA FIXA, R\$ 87.196.921,38

-132104010306002- GANHO INVESTIMENTOS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO- R\$ 50.998.993,50

-132104010306003- GANHO INVESTIMENTOS - RESERVA TAXA ADM- R\$ 2.304.884,09

- 132104010306004- REMUN. DOS INV. REGIME PROPRIO PREV. SERVIDOR EM RENDA VARIÁVEL- R\$ 31.912.551,36

O valor expressivo, deu-se pelo reconhecimento de receita já citado em Nota 5- Aplicações Financeiras.

A Receita de Serviço, é oriunda do recolhimento da Taxa de Administração, embutida na Contribuição Patronal, presente na rubrica 1.6.1.1.01.0.1.03.06.000 – R\$ 2.064,45 e 7.6.1.1.50.1.1.03.06.000- R\$ 5.216.511,66, totalizando R\$ 5.218.576,11.

Outras Receitas Correntes, soma R\$ 196.975.464,95, impactada principalmente por:

- Multas e Juros de Mora das Receitas- R\$ 4.150.385,10- Relativo ao Empréstimo 06/2000,- Rubrica 794406020306000

- Demais Receitas Correntes- R\$ 191.727.132,74, constituída por Contribuição: Previdência para Amortização de Déficit- Rubricas 7.9.9.9.01.0.1.03.06.000 (R\$ 148.725.586,05) e 1.9.9.9.01.0.1.03.06.000 (R\$ 3.279.473,00); Compensação Previdenciária 1.9.9.9.03.0.1.03.000- 39.706.016,49; e Outras Receitas Diversas 1.9.9.9.99.2.1.03.06.000- R\$ 16.057,20.

- Multas administrativas e indenizações/restituições, sendo o maior valor constante da rubrica 1922.03.01.03.06.000 (R\$ 1.095.069,48)

Outro valor importante é o recebimento do Empréstimo, registrado em 8.3.1.1.06.01.03.06.00- Valor R\$ 8.954.241,46.

d) Detalhamento das Despesas Empenhadas

O maior montante das despesas no IPREJUN, estão concentradas em Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 419.108.039,33, dada a natureza da autarquia de concessão e pagamento de benefícios, sendo Aposentados- CAE: 31900100- APOSENTADORIAS E REFORMAS- R\$ 374.058.255,86; Pensionistas- CAE: 31900300- PENSÕES R\$ 35.888.956,04.

Ainda no que tange a Pessoal e Encargos, tem-se: Servidores Ativos IPREJUN: R\$ R\$ 4.844.575,77, divididos em: CAE 31901100- Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 3.864.680,58; CAE 31901300- Obrigações Patronais R\$ 247.759,61; 31909200 Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 19.529,46, e CAE 31911300 Obrigações Patronais- Intra Orçamentárias R\$ 679.892,84; Contribuições a Entidades Fechadas CAE 31900700 R\$ 6.071,34 R\$ aposentadorias e Reformas R\$ 26.641,94- CAE 31900100

E por fim, Sentenças Judiciais figurando R\$ 4.316.251,66- CAE 31909100.

Outro montante considerável, é de Outras Despesas, totalizando R\$ 3.280.091,24, esta é composta pelas despesas necessárias para manutenção e funcionamento do IPREJUN, sendo:

- Material de Consumo- CAE 33903000- R\$ 63.604,89
- Passagens e Despesas com Locomoção- CAE 33903300- R\$ 104.422,79
- Serviços de Consultoria- CAE 33903500- R\$ 158.776,78
- Locação de Mão de Obra- CAE 33903700- R\$ 152.525,93
- Outros Serviços de 3° Pessoas Jurídica- CAE 33903900- R\$ 1.322.974,72
- Outros Serviços de 3° Pessoa Física- CAE 33903600- R\$ 2.566,67
- Obrigações Tributárias e Contributivas- CAE 33904700- R\$ 763,50
- Serviços de Tecnologia da Informação- CAE 33904000- R\$ 460.755,23
- Auxílio Alimentação – CAE 33904600 – R\$ 194.721,75
- Auxílio Transporte – CAE 33904900 – R\$ 127.959,33
- Compensações a Regimes de Previdência – R\$ 180.647,74
- Indenizações e Restituições – R\$ 510.691,91

Destaca-se ainda o valor R\$ 5.619,00 utilizado para aquisição de máquinas e equipamentos – CAE 440905200

O superávit apresentado no Balanço Orçamentário é de R\$ 271.194.980,15 e representa a diferença entre Despesa Empenhada (422.393.749,57) e Receita Realizada (693.588.729,72). Este resultado demonstra que o IPREJUN foi eficiente na execução orçamentária pois as receitas arrecadadas superaram as despesas executadas.

As despesas com a manutenção do Instituto de Previdência em funcionamento são custeadas com recursos provenientes da taxa de administração e cuja arrecadação já ocorreu em exercício anterior, com recursos específicos para esta finalidade, de modo que sua execução ocorreu normalmente durante o exercício. O financiamento destas despesas é feito com receita já arrecadada no exercício anterior de 2023.

O Balanço Orçamentário do IPREJUN, apresenta déficit orçamentário inicial de R\$ 3.900.000,00 devido às despesas orçamentárias serem maiores do que as receitas orçamentárias. Este valor refere-se às despesas com aposentadorias de Inativos em Carência da Prefeitura de Jundiáí. O valor dos inativos em carência compreende os servidores que possuem todos os requisitos para se aposentar, porém ainda não verteram contribuições previdenciárias ao IPREJUN durante 15 anos. Nestes casos, o servidor se aposenta, continua contribuindo com a sua parte e o órgão de origem com a parte patronal de 14,33%.

O valor de R\$ 3.900.000,00 é previsto no orçamento na despesa com a fonte 0 - Tesouro, específica para os empenhos das despesas de inativos em carência, cuja responsabilidade é da Prefeitura de Jundiáí. Embora não esteja previsto na receita orçamentária, o IPREJUN recebe ressarcimento financeiro da Prefeitura Municipal de Jundiáí dos valores gastos, bem como o repasse da contribuição previdenciária Patronal de 14,33% até que cada beneficiário atinja o recolhimento mínimo de 15 anos de contribuições ao IPREJUN. Este ressarcimento ocorre através de "Transferências Financeiras" e não através de arrecadação de receita pelo orçamento. Embora haja o desequilíbrio entre total da despesa orçamentária orçada e total da receita orçamentária ao olharmos apenas o balanço orçamentário do IPREJUN, não configura irregularidade conforme se encontra disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 10ª Edição- aplicável até 2024, página 512 a qual reproduzimos a seguir: "...Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício."

Diante disto informamos que o valor de Transferências Financeiras recebidas pelo IPREJUN compreende valores recebidos como ressarcimento pelo pagamento de benefícios dos inativos em carência da Prefeitura Municipal de Jundiaí (R\$ 3.236.324,47) e da Faculdade de Medicina de Jundiaí (29.529,01), totalizando R\$ 3.265.853,48. Este valor se encontra registrado na parte de “Ingressos” no item “Transferências Financeiras” do Balanço Financeiro.

NOTA 15 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.

A DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa), foi elaborada por base normativa do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 10ª Edição. Houve uma grande variação anual no que tange ao Outros Ingressos Operacionais, e Outros Desembolsos Operacionais, assim como Caixa e Equivalente de Caixa Final, com grande diminuição, fatos decorrentes das informações já apontadas na Nota 5 – Aplicações Financeiras. No exercício de 2024 houve a alocação dos Recursos no Ativo de Longo Prazo, considerando a característica dos investimentos e o seu tempo de permanência. Com isso, observamos que houve redução significativa na demonstração do caixa e equivalentes de caixa no final de 2024, quando comparado a 2023. Em 2024, constam como Caixa e Equivalentes de Caixa os investimentos de curto prazo (Saldo de R\$ 1.081.343.512,03) e as disponibilidades de caixa (Saldo de R\$ 1.392.567,65), totalizando R\$ 1.082.736.079,68. A princípio, esse resultado é 40,99% inferior ao saldo final do ano de 2023. No entanto é importante destacar que parte da carteira de investimentos foi realocada no ativo de longo prazo, e que estes investimentos (Saldo de R\$ 1.943.047.855,09) superam a variação negativa do caixa no ano de 2024 (-R\$ 1.558.680.508,32). Com isso, conclui-se que o IPREJUN gerou caixa positivo de R\$ 384.367.346,77, no entanto, devido às características operacionais do RPPS, o mesmo está alocado no Ativo de Longo Prazo.

NOTA 16 – MODELOS DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os Regimes Próprios de Previdência Social na condição de órgãos públicos seguem normas técnicas e de contabilidade estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que define os modelos de Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público alinhadas com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, órgão máximo de regulação em Contabilidade no território Brasileiro.

No que diz respeito a fiscalização, o RPPS é fiscalizado periodicamente pela Secretaria da Previdência Social (SPREV) e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). No desenvolvimento de seus trabalhos a SPREV utiliza as Demonstrações Contábeis nos modelos estabelecidos pela STN, enquanto que o TCE- SP utiliza demonstrativos contábeis de modelo próprio.

A Nota Técnica da STN nº 6/2015/CCONF/SUCON/STN/MF-DF) de 19 /06/2015 diz: “...É importante destacar que as disposições da STN quanto às demonstrações financeiras, não se contrapõem e não excluem as exigências dos órgãos de controle.

Deste modo, os Tribunais de Contas têm competência para exigir a publicação de demonstrativos além daqueles demandados pela STN. Assim, recomenda-se que os órgãos e entidades da Administração Pública consultem os órgãos de controle aos quais são jurisdicionados para orientá-los quanto a possíveis exigibilidades adicionais de demonstrativos contábeis e financeiros.”

Isto esclarece que devido aos tipos de fiscalizações sofridas pelo RPPS, trabalhamos com dois modelos de Demonstrações Contábeis visando a atender as necessidades específicas da SPREV e TCE-SP.

Importante destacar que no exercício de 2023 o IPREJUN, assim como as demais autarquias e a Câmara Municipal, realizou a adequação de sua estrutura operacional para uso do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), conforme Decreto Federal 10540 de 05 de novembro de 2020. No município de Jundiaí, o Decreto Municipal nº 29.965 de 06 de maio de 2021 instituiu a padronização da escrituração contábil através do uso da plataforma SIIM – Sistema Integrado de Informação Municipais.

NOTA 17 – RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELO SISTEMA CONTÁBIL DA ENTIDADE.

Registra-se que no período de 01/01/2024 a 23/04/2024, a contabilista Claudia George Musseli Cezar, então Diretora do Departamento de Planejamento, Gestão e Finanças, CRC 1SP 205533/O-0 foi responsável pela Contabilidade do Instituto de Previdência do Município de Jundiaí, *a posteriori*, de 24/04/2024 a 31/12/2024 a Contadora Izabella de Almeida Ribeiro- CRC 1SP331934/O-5 assumiu a titularidade da mesma. No advento do fechamento do movimento TCESP M13 e M14, a mesma não mais configurava o quadro de servidores do IPREJUN, assumindo então a responsabilidade na data de 10/02/2025 a Contadora Cristiane Ribeiro dos Santos Costa- CRC 1 SP 327583/O-1, responsável pela conclusão dos relatórios contábeis assinando-os, juntamente a estas notas.

Claudia George Musseli Cezar

CPF: 270.793.078-48

Diretora Presidente

Marcelo Vizioli Rosa

CPF: 291.825.448.75

Diretor de Administração Financeira

Cristiane Ribeiro dos Santos Costa

CPF: 226.093.958-92

CRC 1 SP 327583/O-1

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA AUDITORIA

Concluídos nossos exames das demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – IPREJUN**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

1. CONTROLES CONTÁBEIS INTERNOS

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, conforme a amplitude que os trabalhos de auditoria de revisão requerem, de acordo com as normas de auditoria.

Observamos que em relação aos procedimentos referentes aos Controles Internos, em cumprimento à Legislação inerente ao Setor Público, normas do Ministério da Previdência Social aplicadas aos Regimes Próprios de Previdência Social e Normas Brasileiras de Contabilidades, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade, a Diretoria já procedeu a revisão dos controles Internos e implementou os manuais de controle para os colaboradores, estando implantados e disponíveis no Portal do Instituto.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições.

2. CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os extratos e analisamos as conciliações bancárias, data base em 31/12/2024, as quais apresentaram as seguintes posições:

| DESCRIÇÃO | SALDOS |
|--|---------------------|
| BANCO BRADESCO S.A. - BRADESCO - CONTA CORRENTE BENEFÍCIOS | 1.385.415,38 |
| BANCO BRADESCO S.A. - BRADESCO - CONTA CORRENTE TAXA DE ADMINI | 1,00 |
| BANCO BRADESCO S.A. - BRADESCO - CONTA CORRENTE TAXA DE ADMINI | 1,00 |
| BANCO DO BRASIL S.A. - BANCO DO BRASIL S.A. - CONTA CORRENTE | 7.150,27 |
| TOTAL | 1.392.567,65 |

Os valores conferem com os extratos bancários e conciliações.

As fichas de conciliações contábeis não contem assinaturas do responsável pela sua elaboração e do seu superior imediato.

Recomendamos que as fichas de conciliações contenham as identificações e assinaturas do colaborador que elaborou e seu superior imediato, responsável pela conferência.

3. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

Verificamos os contratos de empréstimos e financiamentos concedidos e correspondentes planilhas de controles, confrontamos com os valores contábeis, estando distribuídos da seguinte forma:

| CONTA | DESCRIÇÃO | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | TOTAL | CONTRATOS/TERMO |
|-----------------|---|----------------------|-----------------------|-----------------------|--|
| 1.1.2.4.2.07.01 | EMPRÉSTIMOS A RECEBER - RPPS (P) | 11.242.372,32 | 56.211.861,59 | 67.454.233,91 | Parcelamento 06/2000 |
| 1.1.3.6.2.02.01 | CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (P) | 30.327.258,10 | 121.813.707,37 | 152.140.965,47 | Parcelamento 05/2000; 107/2018; 108/2018; 536/2020 |
| | TOTAL | 41.569.630,42 | 178.025.568,96 | 219.595.199,38 | |

O resumo dos empréstimos segue abaixo:

| CONTRATO | 05/2000. | 06/2000. | 107/2018. | 108/2018. | 536/2020. |
|----------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| CP | 5.245.865,20 | 11.242.372,32 | 7.795.007,89 | 3.128.921,41 | 14.157.463,60 |
| LP | 26.229.326,02 | 56.211.861,59 | 68.206.319,06 | 27.378.062,29 | - |
| TOTAL DEVEDOR | 31.475.191,22 | 67.454.233,91 | 76.001.326,95 | 30.506.983,70 | 14.157.463,60 |
| PARCELAS RESTANTE | 72 | 72 | 117 | 117 | 11 |
| VENCIMENTO PROXIMA PARCELA | 25/01/2025 | 25/01/2025 | 28/01/2025 | 28/01/2025 | 25/01/2025 |

Os valores conferem com os controles analíticos e os termos contratuais.

4. CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER

Valores correspondentes as contribuições previdenciárias da competência de dezembro/2024 que no fechamento contábil ainda constavam em aberto, conforme segue:

| DESCRIÇÃO | SALDO |
|---|----------------------|
| CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (P) | 42.260.165,25 |
| CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - SERVIDOR, APOSENTADO E PENSIONISTA - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (P) | 17.708.356,78 |
| CRÉDITOS DO RPPS JUNTO AO RGPS (P) | 914.205,64 |
| COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PREVIDENCIÁRIOS (P) | 805.294,01 |
| COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PREVIDENCIÁRIOS (P) | 153.008,81 |
| TOTAL | 61.841.030,49 |

As contribuições previdenciárias são oriundas dos seguintes Entes:

| ENTE | BASE CÁLCULO | SERVIDOR (14%) | PATRONAL 14,33% | TAXA ADM (0,65%) | TOTAL PATRONAL 14,33% | PATRONAL 19,02% - ALÍQUOTA SUPLEMENTAR | TOTAL POR ENTE |
|------------------------------|--------------|----------------|-----------------|------------------|-----------------------|--|----------------|
| FMJ 13º | 1.629.709 | 228.159 | 222.943 | 10.593 | 233.536 | 309.970 | 771.665 |
| FMJ | 1.649.136 | 230.879 | 225.601 | 10.719 | 236.320 | 313.665 | 780.863 |
| IPREJUN - SERVIDORES | 176.840 | 24.758 | 24.192 | 1.149 | 25.341 | 33.635 | 83.734 |
| INATIVOS EM CARÊNCIA PMJ 13º | 257.983 | 0 | 35.292 | 1.677 | 36.969 | 0 | 36.969 |
| INATIVOS EM CARÊNCIA PMJ | 272.670 | 0 | 37.301 | 1.772 | 39.074 | 0 | 39.074 |
| INATIVOS EM CARÊNCIA IPREJUN | 2.049 | 0 | 280 | 13 | 294 | 0 | 294 |
| PMJ | 59.624.887 | 8.347.485 | 8.156.685 | 387.562 | 8.544.246 | 11.340.652 | 28.232.383 |

| ENTE | BASE CÁLCULO | SERVIDOR (14%) | PATRONAL 14,33% | TAXA ADM (0,65%) | TOTAL PATRONAL 14,33% | PATRONAL 19,02% - ALÍQUOTA SUPLEMENTAR | TOTAL POR ENTE |
|---------------|--------------------|-------------------|-------------------|------------------|-----------------------|--|-------------------|
| PMJ 13º | 59.477.577 | 8.326.861 | 8.136.533 | 386.604 | 8.523.138 | 11.312.635 | 28.162.634 |
| PMJ INATIVOS | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| DAE | 1.167.132 | 163.399 | 159.664 | 7.586 | 167.250 | 221.989 | 552.637 |
| DAE 13º | 1.189.800 | 166.572 | 162.765 | 7.734 | 170.498 | 226.300 | 563.371 |
| FUMAS 13º | 776.689 | 108.737 | 106.251 | 5.048 | 111.300 | 147.726 | 367.762 |
| FUMAS | 796.245 | 111.474 | 108.926 | 5.176 | 114.102 | 151.446 | 377.022 |
| TOTAIS | 127.020.719 | 17.708.323 | 17.376.433 | 825.635 | 18.202.068 | 24.058.017 | 59.968.408 |

Verificamos a liquidação no mês de janeiro/2025.

5. PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL

Verificamos que consta o seguinte valor contabilizado no Ativo não Circulante a título de amortização do déficit atuarial:

| CONTA | DESCRIÇÃO | VALOR |
|-----------------|---|------------------|
| 1.2.1.1.2.08.02 | VALOR ATUAL DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SUPLEMENTAR PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL | 2.886.481.190,36 |

O Plano de Amortização do Déficit Atuarial foi implementado pela Prefeitura do Município de Jundiá para cobertura do déficit atuarial através de alíquotas de contribuição previstas até o ano de 2065. De acordo com o PCASP 2024, esse valor constitui obrigação para o Ente federativo e um crédito a receber para o RPPS, sendo registrado no ativo. O valor está previsto no Relatório de Avaliação Atuarial de 2023, conforme segue:

Provisões Matemáticas a Contabilizar em 31 de dezembro de 2023 no padrão PCASP 2024.

| | | |
|-----------------|---|----------------------|
| 1.2.1.1.2.08.00 | CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS | R\$ 2.886.481.190,36 |
| 1.2.1.1.2.08.01 | VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL | R\$ - |
| 1.2.1.1.2.08.02 | VALOR ATUAL DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SUPLEMENTAR PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL | R\$ 2.886.481.190,36 |
| 1.2.1.1.2.08.03 | VALOR ATUAL DOS RECURSOS VINCULADOS POR LEI PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL | R\$ - |
| 1.2.1.1.2.08.99 | OUTROS CRÉDITOS DO RPPS PARA AMORTIZAR DEFICIT ATUARIAL | R\$ - |

Segundo orientação das Instruções de Procedimentos Contábeis IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS, que estabelece:

"Caso o Fundo em capitalização tenha planos de equacionamento de déficit atuarial vigente, os saldos mensurados anualmente e trazidos a valor presente pelo atuário deverão compor o grupo: 1.2.1.1.2.08.xx Créditos de Amortização de Déficit Atuarial Fundo em Capitalização, de acordo com a natureza. Esses cálculos serão atualizados, anualmente, pelo atuário, por ocasião da elaboração do relatório de avaliação atuarial e servirão de suporte ao registro do ativo Intra OFSS no RPPS e da obrigação Intra OFSS no Ente (patrocinador do regime)."

Obtivemos o RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL, emitido pela empresa "LUMES ATUARIAL", responsável técnico: Guilherme Walter - Atuário MIBA nº

2.091, relatório elaborado em 17/03/2025, que teve por finalidade demonstrar as principais informações e resultados do plano de benefícios administrado pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (SP) – IPREJUN, na data focal de **31/12/2024**, seguindo as disposições legais e normativas vigentes.

No relatório atuarial, consta o seguinte valor atual da contribuição patronal suplementar para cobertura do déficit atuarial.

| CONTA | DESCRIÇÃO | LAUDO DE 2024 | LAUDO DE 2023 | DIFERENÇA |
|-----------------|---|----------------------|----------------------|-----------|
| 1.2.1.1.2.08.00 | CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS | R\$ 4.144.999.837,01 | R\$ 4.144.999.837,01 | |
| 1.2.1.1.2.08.01 | (+) VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | |
| 1.2.1.1.2.08.02 | (+) VALOR ATUAL DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SUPLEMENTAR COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL | R\$ 4.144.999.837,01 | R\$ 4.144.999.837,01 | |
| 1.2.1.1.2.08.03 | (+) VALOR ATUAL DOS RECURSOS VINCULADOS POR LEI PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | |
| 1.2.1.1.2.08.99 | (+) OUTROS CRÉDITOS DO RPPS PARA AMORTIZAR DEFICIT ATUARIAL | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | |

A contabilidade mantém contabilizado o valor correspondente a Avaliação Atuarial do exercício de 2023, portanto não coincide com o valor apurado no exercício de 2024, conforme Laudo mencionado acima. A diferença é expressiva, conforme se verifica abaixo:

| CONTA | DESCRIÇÃO | LAUDO DE 2024 | LAUDO DE 2023 | DIFERENÇA |
|-----------------|---|------------------|------------------|------------------|
| 1.2.1.1.2.08.02 | VALOR ATUAL DA CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR COBERTURA DE DEFICIT ATUARIAL | 4.144.999.837,01 | 2.886.481.190,36 | 1.258.518.646,65 |

As Demonstrações Contábeis devem refletir os valores apurados em Laudo de Avaliação Atuarial, em conformidade com o Artigo 26 da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, a saber:

Avaliação atuarial anual

*Art. 26. Deverão ser realizadas avaliações atuariais anuais com data focal em **31 de dezembro de cada exercício (grifo nosso)**, coincidente com o ano civil, que se refiram ao cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte, observados os seguintes parâmetros:*

I - elaboração por atuário habilitado;

II - embasamento na Nota Técnica Atuarial - NTA;

III - demonstração da situação do RPPS em relação ao equilíbrio financeiro e atuarial, considerando as normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e a legislação do ente federativo vigentes na data focal;

IV - inclusão de todos os benefícios concedidos e a conceder e respectivos critérios para sua concessão, manutenção e pagamento, indicando, se for o caso, a necessidade de revisão do plano de benefícios;

V - fornecimento das projeções atuariais e da avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS, de que trata a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

VI - apuração das provisões matemáticas previdenciárias a serem registradas nas demonstrações contábeis levantadas nessa data, observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público; e (grifo nosso)

VII - definição do resultado atuarial do RPPS, com a apuração dos custos normal e suplementar e dos compromissos do plano de benefícios, para estabelecer o plano de custeio de equilíbrio do regime, embasado em regime financeiro e método de

financiamento descritos na NTA, indicando, e for o caso, a necessidade de revisão dos planos vigentes.

Recomendamos ajustar o saldo do plano de amortização do déficit atuarial, conforme apurado no Laudo de Avaliação Atuarial para o exercício encerrado em 31/12/2024, seguindo o disposto no IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS e Portaria MTP nº 1.467

6. INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS

Verificamos a composição da carteira dos investimentos, na data base de 31/12/2024 e confrontamos com as contas do Balanço Patrimonial, extratos bancários, conciliações e respostas das circularizações da auditoria, conforme segue:

| DESCRIÇÃO | VALOR |
|----------------------|-------------------------|
| Títulos Públicos | 1.632.798.729,72 |
| BTG Pactual | 365.934.869,88 |
| Vinci Partners | 151.646.237,95 |
| Itaú | 91.217.475,79 |
| XP Investimentos | 88.692.010,54 |
| Tarpon | 86.260.429,21 |
| Western Asset | 82.722.974,12 |
| Banco do Brasil | 65.725.483,07 |
| Quest | 56.482.367,45 |
| Kinea | 57.749.716,58 |
| Safra | 49.130.663,19 |
| Bradesco | 46.461.268,93 |
| Guepardo | 42.764.040,73 |
| Santander | 37.719.554,90 |
| MAG | 31.534.830,32 |
| Caixa | 54.854.998,48 |
| Pátria Investimentos | 18.111.694,77 |
| Rio Bravo | 11.349.634,84 |
| Queluz | 6.488.649,86 |
| Hedge | 3.439.949,75 |
| Gávea | 2.400.305,92 |
| Spectra | 4.025.277,14 |
| Vila Rica | 1.272.917,91 |
| Graphen | 292.815,00 |
| Genial | -18.304,38 |
| TOTAL | 2.989.058.591,67 |

Aplicação Taxa de Administração/Construção Sede:

| INSTITUIÇÃO | % CARTEIRA | VALOR |
|--------------|----------------|----------------------|
| MAG | 75,78% | 26.775.569,34 |
| Bradesco | 14,19% | 5.013.251,71 |
| Santander | 10,03% | 3.543.954,37 |
| TOTAL | 100,00% | 35.332.775,42 |

| | |
|---|-------------------------|
| TOTAL DOS INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 3.024.391.367,09 |
|---|-------------------------|

Verificamos a composição na contabilidade dos valores em investimentos e aplicações financeiras, conforme segue:

| CONTA | DESCRIÇÃO | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | TOTAL |
|-----------------|---|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| 1.1.4.4.1.01.02 | FUNDOS DE INVESTIMENTO QUE APLICAM EXCLUSIVAMENTE EM TÍTULOS DE EMISSÃO DO TESOIRO NACIONAL OU COMPROMISSADAS LASTREADAS NESSES TÍTULOS (F) | 50.512.026,97 | 0,00 | 50.512.026,97 |
| 1.1.4.4.1.01.05 | FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA (F) | 165.076.302,04 | 0,00 | 165.076.302,04 |
| 1.1.4.4.1.01.12 | FUNDOS DE INVESTIMENTO QUE APLICAM EXCLUSIVAMENTE EM TÍTULOS DE EMISSÃO DO TESOIRO NACIONAL OU COMPROMISSADAS LASTREADAS NESSES TÍTULOS (P) | 269.339,88 | 0,00 | 269.339,88 |
| 1.1.4.4.1.01.15 | FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA (P) | 41.069.827,89 | 0,00 | 41.069.827,89 |
| 1.1.4.4.1.02.01 | FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES (F) | 378.467.672,01 | 0,00 | 378.467.672,01 |
| 1.1.4.4.1.02.11 | FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES (P) | 18.408.171,24 | 0,00 | 18.408.171,24 |
| 1.1.4.4.1.03.02 | FUNDO DE INVESTIMENTO - SUFIXO INVESTIMENTO NO EXTERIOR (F) | 180.212.506,16 | 0,00 | 180.212.506,16 |
| 1.1.4.4.1.03.03 | FUNDOS DE INVESTIMENTO DA CLASSE AÇÕES - BDR NÍVEL I (F) | 40.000.000,00 | 0,00 | 40.000.000,00 |
| 1.1.4.4.1.03.12 | FUNDO DE INVESTIMENTO - SUFIXO INVESTIMENTO NO EXTERIOR (P) | 46.454.341,25 | 0,00 | 46.454.341,25 |
| 1.1.4.4.1.03.13 | FUNDOS DE INVESTIMENTO DA CLASSE AÇÕES - BDR NÍVEL I (P) | 7.206.734,74 | 0,00 | 7.206.734,74 |
| 1.1.4.4.1.04.01 | FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO (F) | 36.002.632,30 | 0,00 | 36.002.632,30 |
| 1.1.4.4.1.04.11 | FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO (P) | 103.966.587,40 | 0,00 | 103.966.587,40 |
| 1.1.4.4.1.05.01 | APLICAÇÕES EM FUNDOS DO SEGMENTO IMOBILIÁRIO - RPPS - PLANO EM CAPITALIZAÇÃO (F) | 927.977,47 | 0,00 | 927.977,47 |
| 1.1.4.4.1.05.11 | APLICAÇÕES EM FUNDOS DO SEGMENTO IMOBILIÁRIO - RPPS - PLANO EM CAPITALIZAÇÃO (P) | 4.212.186,60 | 0,00 | 4.212.186,60 |
| 1.1.4.4.1.30.01 | APLICAÇÕES COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS (F) | 7.276.914,45 | 0,00 | 7.276.914,45 |
| 1.1.4.4.1.30.11 | APLICAÇÕES COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS (P) | 1.280.291,63 | 0,00 | 1.280.291,63 |
| 1.2.1.3.1.01.13 | FUNDO DE APLICAÇÕES EM COTAS - RENDA VARIÁVEL (F) | 0,00 | 4.298.134,42 | 4.298.134,42 |
| 1.2.1.3.1.01.98 | OUTROS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (F) | 0,00 | 144.944.298,17 | 144.944.298,17 |
| 1.2.1.3.1.01.99 | OUTROS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (P) | 0,00 | 119.521.515,17 | 119.521.515,17 |
| 1.2.1.3.1.03.01 | APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE IMÓVEIS (F) | 0,00 | 28.569.809,86 | 28.569.809,86 |
| 1.2.1.3.1.04.11 | FUNDOS AVALIADOS A VALOR DE MERCADO (P) | 0,00 | 1.565.732,91 | 1.565.732,91 |
| 1.2.1.3.1.08.01 | TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO (F) | 0,00 | 983.515.548,56 | 983.515.548,56 |
| 1.2.1.3.1.08.11 | TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO (P) | 0,00 | 649.283.181,16 | 649.283.181,16 |
| 1.2.1.3.1.98.01 | OUTROS INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO (F) | 0,00 | 10.000.000,00 | 10.000.000,00 |
| 1.2.1.3.1.98.11 | OUTROS INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO (P) | 0,00 | 1.349.634,84 | 1.349.634,84 |
| | TOTAL | 1.081.343.512,03 | 1.943.047.855,09 | 3.024.391.367,12 |
| | EXTRATOS | | | 3.024.391.367,09 |
| | VARIAÇÃO | | | -0,03 |

Não foram identificadas variações significativas.

Analisamos as notas explicativas em relação aos investimentos, onde deparamos com a seguinte informação:

NOTAS 5- APLICAÇÕES FINANCEIRAS"

MARCAÇÃO DOS TÍTULOS

É importante destacar que parte das aplicações financeiras do Instituto possuem marcação na curva, ou seja, são títulos precificados pelo valor que será recebido no vencimento. É um método que se baseia na curva de juros e não leva em consideração as variações diárias de preço. Em 31/12/2024, as NTN-B – Notas do Tesouro Nacional – Série B precificadas pela marcação na curva totalizaram R\$ 1.632.798.729,72. Estes valores estão registrados no

grupo 1.2.1.3.1.08 como Aplicações do RPPS em títulos do tesouro nacional marcados na curva.

Títulos para Negociação (Marcados a Mercado): são os títulos adquiridos com o objetivo de serem negociados, independentemente do prazo, a partir da data da aquisição. Devem ser ajustados pelo valor justo com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, que levem em consideração a independência na coleta de dados em relação às taxas praticadas em mercado.

Títulos Mantidos até o Vencimento (Marcados na Curva): são os títulos adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, com base na projeção dos fluxos financeiro e atuarial e com baixo risco de crédito.

Conforme informação a IPREJUN não possui títulos marcados a mercado diretamente, apenas possui títulos mantidos até o vencimento, e os fundos que seguem regramentos/ critérios de marcação da CVM.

7. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Instituto de Previdência do Município de Jundiá - IPREJUN é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei 5.894/2002 (Lei de criação do Instituto de Previdência do Município de Jundiá - IPREJUN) e Resolução CMN nº 4.963/21, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

A Política Anual de Investimento é um instrumento que proporciona à Diretoria e aos demais setores envolvidos na gestão dos recursos uma melhor definição das diretrizes básicas, dos limites de risco a que serão expostos os investimentos. É um instrumento de planejamento para que o IPREJUN busque a maximização da rentabilidade de seus ativos com finalidade de constituir reservas suficientes para o pagamento do seu passivo atuarial, considerando os fatores de riscos, segurança, solvência, liquidez e transparência de seus investimentos, além de estabelecer, observados os limites legais, uma adequada alocação dos ativos através de uma estratégia de investimento.

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022 e com o Artigo 60 da Lei 5.894/2002, o Comitê de Investimento do IPREJUN, tem caráter deliberativo, e seu funcionamento é tratado através de regimento interno próprio, é formado por membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo e um indicado pelo Prefeito Municipal, possuindo caráter deliberativo.

A política de investimento está de acordo com a Resolução CMN 4.963 de 25/11/2021 e Portaria MTP nº 1.467 que dispõem sobre as aplicações dos

recursos financeiros garantidores do plano de benefícios dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e estabelece os princípios e diretrizes a serem seguidos na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração do IPREJUN, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial e a solvência do plano de Benefícios.

O IPREJUN aderiu ao programa federal em 21/03/2018, obtendo a certificação máxima, Nível IV, em 09/05/2019. Assim, ingressou na categoria de investidor profissional, e agora pode acessar o mercado de renda variável em até 50% do seu Patrimônio Líquido, além de ver expandidos limites de adequação, além dos previstos na Resolução CMN 4.963 e suas alterações.

Recomendamos realizar revisões extraordinárias quando houver necessidade de ajustes, redimensionando as metas de aplicação perante o comportamento ou conjuntura do mercado ou preservação dos ativos financeiros, obedecidos os parâmetros de risco-retorno fixados na Política de Investimentos e respeitados os aspectos legais vigentes.

8. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Apresentamos a seguir com data base 31/12/2024 o resumo das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, conforme segue:

| DESCRIÇÃO | VALOR |
|--|---------------------------|
| VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA | 1.621.275.352,00 |
| CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR - RPPS | 113.805.230,12 |
| CONTRIBUIÇÃO DO APOSENTADO - RPPS | 33.178.144,75 |
| CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA - RPPS | 2.165.988,33 |
| CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL | 60.407,76 |
| CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS | 111.671.749,52 |
| CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL | 154.536.812,00 |
| OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS | 153.587,05 |
| CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS - INTER OFSS - MUNICÍPIO | 43.447,81 |
| EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 5.308.248,76 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS | 150.586.108,15 |
| TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS | 3.265.853,48 |
| VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS | 458.703.147,01 |
| OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 587.796.627,26 |
| VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA | (1.846.214.571,38) |
| PESSOAL, E ENCARGOS | (5.502.224,55) |
| BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS | (415.993.644,65) |
| USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO | (2.271.515,49) |
| TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS | (385.575,67) |
| DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | (323.811.992,47) |
| TRIBUTARIAS | (763,50) |
| VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO | (1.097.557.119,82) |
| DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | (691.735,23) |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO | (224.939.219,38) |

Em março de 2025 foi contabilizado o montante de R\$ 1.097.557.119,82, de atualizações dos saldos correspondentes as provisões matemáticas previdenciárias, conforme segue:

| Data | Descrição | Valores |
|------------|---|-------------------------|
| 31/03/2024 | Atualização saldo aposentadorias/pensões concedidas do fundo | 360.195.974,01 |
| 31/03/2024 | Atualização do saldo aposentadorias/pensões a conceder do fundo | 540.707.596,83 |
| 31/03/2024 | Atualização do saldo (-) contribuições do ente para o fundo | 190.977.147,45 |
| 31/03/2024 | Atualização do saldo (-) contribuições do servidor e futuro | 5.676.401,53 |
| | Total | 1.097.557.119,82 |

As correções foram contabilizadas para ajustar a provisão matemática ao Laudo de Avaliação Atuarial Anual de 2024, emitido em 26 de março de 2024.

9. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas Previdenciárias foram constituídas com base em cálculos atuariais baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada e representam os compromissos no encerramento do exercício relacionados aos benefícios concedidos e a conceder e tem como objetivo dar consistência, equilíbrio e estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para garantia dos pagamentos e dos benefícios previstos pelo plano.

| CONTA | DESCRIÇÃO | VALORES |
|-----------------|---|-------------------------|
| 2.2.7.2.1.03.01 | APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS | 4.390.977.997,62 |
| 2.2.7.2.1.03.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS (P) | (344.089.379,54) |
| 2.2.7.2.1.03.04 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS (P) | (19.914.185,44) |
| 2.2.7.2.1.03.05 | (-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS (P) | (221.639.479,20) |
| 2.2.7.2.1.04.01 | APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS | 5.468.909.522,53 |
| 2.2.7.2.1.04.02 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS (P) | (1.053.172.039,00) |
| 2.2.7.2.1.04.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS | (1.510.719.714,10) |
| 2.2.7.2.1.04.04 | (-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS (P) | (328.134.571,35) |
| | TOTAL | 6.382.218.151,52 |

A provisão matemática está de acordo com o Laudo de Avaliação Atuarial Anual de 2024, emitido em 26 de março de 2024, porém o laudo se refere ao exercício de 2023.

O RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL correspondente ao exercício de 2024 foi emitido em 17/03/2025, pela empresa LUMES tendo como responsável técnico o Sr. Guilherme Walter - Atuário MIBA nº 2.091, relatório elaborado que teve por finalidade demonstrar as principais informações e resultados do plano de benefícios administrado pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (SP) – IPREJUN, na data focal de **31/12/2024**, seguindo as disposições legais e normativas vigentes. A Provisão Matemática apurada para o encerramento do exercício de 2024 está demonstrada na tabela abaixo:

| Conta | Título | Método CUP | Método gerencial |
|------------------------|--|-----------------------------|-----------------------------|
| Sem Máscara | ATIVO – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO | R\$ 3.210.039.206,43 | R\$ 3.210.039.206,43 |
| Sem Máscara | (+) Aplicações conforme DAIR | R\$ 3.025.776.782,47 | R\$ 3.025.776.782,47 |
| Sem Máscara | (-) Reserva administrativa | R\$ 35.332.775,42 | R\$ 35.332.775,42 |
| Sem Máscara | (+) Parcelamentos | R\$ 219.595.199,38 | R\$ 219.595.199,38 |
| 1.2.1.1.2.08.00 | CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS | R\$ 4.144.999.837,01 | R\$ 4.144.999.837,01 |
| 1.2.1.1.2.08.01 | (+) VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| 1.2.1.1.2.08.02 | (+) VALOR ATUAL DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SUPLEMENTAR COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL | R\$ 4.144.999.837,01 | R\$ 4.144.999.837,01 |
| 1.2.1.1.2.08.03 | (+) VALOR ATUAL DOS RECURSOS VINCULADOS POR LEI PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| 1.2.1.1.2.08.99 | (+) OUTROS CRÉDITOS DO RPPS PARA AMORTIZAR DEFICIT ATUARIAL | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| 2.2.7.2.1.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO | R\$ 7.081.881.795,67 | R\$ 6.622.653.304,06 |
| 2.2.7.2.1.03.00 | FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS | R\$ 4.014.818.877,24 | R\$ 4.014.818.877,24 |
| 2.2.7.2.1.03.01 | (+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO RPPS | R\$ 4.722.920.243,78 | R\$ 4.722.920.243,78 |
| 2.2.7.2.1.03.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | R\$ 371.896.128,17 | R\$ 371.896.128,17 |
| 2.2.7.2.1.03.04 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | R\$ 19.589.422,47 | R\$ 19.589.422,47 |
| 2.2.7.2.1.03.05 | (-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | R\$ 316.615.815,90 | R\$ 316.615.815,90 |
| 2.2.7.2.1.03.99 | (-) OUTRAS DEDUÇÕES | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| 2.2.7.2.1.04.00 | FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER | R\$ 3.067.062.918,43 | R\$ 2.607.834.426,82 |
| 2.2.7.2.1.04.01 | (+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO RPPS | R\$ 5.813.891.060,76 | R\$ 5.813.891.060,76 |
| 2.2.7.2.1.04.02 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | R\$ 780.320.636,39 | R\$ 1.251.841.800,46 |
| 2.2.7.2.1.04.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | R\$ 1.709.180.096,37 | R\$ 1.696.887.423,91 |
| 2.2.7.2.1.04.04 | (-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | R\$ 257.327.409,57 | R\$ 257.327.409,57 |
| 2.2.7.2.1.04.99 | (-) OUTRAS DEDUÇÕES | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| 2.3.6.2.1.01.00 | RESERVAS ATUARIAIS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO | R\$ 273.157.247,77 | R\$ 732.385.739,38 |
| 2.3.6.2.1.01.01 | RESERVA ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS | R\$ 273.157.247,77 | R\$ 732.385.739,38 |
| 2.3.6.2.1.01.02 | RESERVA ATUARIAL PARA AJUSTES DO FUNDO | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |

Nota explicativa: Conforme previsto no artigo 26, inciso VI, §3º da Portaria nº 1.467/2022, para registro da escrituração contábil, as provisões matemáticas foram calculadas pelo método do Crédito Unitário Projetado - CUP, em conformidade com as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público. Para fins gerenciais e de definição do plano de custeio apurado na Avaliação Atuarial foi considerado o método de financiamento Agregado para o Fundo em Capitalização, cujos resultados estão demonstrados na tabela acima, em comparativo aos resultados apurados pelo método CUP para escrituração contábil.

Verificamos que os valores contabilizados no grupo de contas que compõem a Provisão Matemática não estão de acordo com o Laudo Atuarial emitido pela LUMES, correspondente a data base 31/12/2024.

As demonstrações contábeis devem refletir o valor da provisão matemática na data do encerramento do exercício (31/12/2024), de acordo com relatório de avaliação atuarial emitido por profissionais registrados no Instituto Brasileiro de Atuários e elaborado conforme Artigo 26 da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, a saber:

Avaliação atuarial anual

Art. 26. Deverão ser realizadas avaliações atuariais anuais com data focal em 31 de dezembro de cada exercício (grifo nosso), coincidente com o ano civil, que se refiram ao cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte, observados os seguintes parâmetros:

- I - elaboração por atuário habilitado;*
- II - embasamento na Nota Técnica Atuarial - NTA;*
- III - demonstração da situação do RPPS em relação ao equilíbrio financeiro e atuarial, considerando as normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e a legislação do ente federativo vigentes na data focal;*
- IV - inclusão de todos os benefícios concedidos e a conceder e respectivos critérios para sua concessão, manutenção e pagamento, indicando, se for o caso, a necessidade de revisão do plano de benefícios;*

V - fornecimento das projeções atuariais e da avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS, de que trata a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

VI - apuração das provisões matemáticas previdenciárias a serem registradas nas demonstrações contábeis levantadas nessa data, observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público; e (girifo nosso)

VII - definição do resultado atuarial do RPPS, com a apuração dos custos normal e suplementar e dos compromissos do plano de benefícios, para estabelecer o plano de custeio de equilíbrio do regime, embasado em regime financeiro e método de financiamento descritos na NTA, indicando, e for o caso, a necessidade de revisão dos planos vigentes.

Os resultados das Provisões Matemáticas para a data base de 31/12/2024 e 31/12/2023 constam no quadro abaixo:

| DESCRIÇÃO | FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO |
|--|------------------------|
| RELATÓRIO ATUARIAL DATA BASE 31/12/2024 | 7.081.881.795,67 |
| RELATÓRIO ATUARIAL DATA BASE 31/12/2023 | 6.382.218.151,52 |
| AJUSTE NA PROVISÃO MATEMÁTICA NÃO CONTABILIZADO | 699.663.644,15 |

Recomendamos os ajustes na contabilidade para que os valores da Provisão Matemática coincidam com os apresentados em RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, correspondente ao exercício encerrado.

10. CONCLUSÃO

Com base nos procedimentos de verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que as informações estão subsidiadas em documentos, informações, procedimentos e registros considerados satisfatórios, exceto pelos apontamentos deste relatório, aos quais devem ser analisados pela administração do instituto e implementados, como forma de melhoria dos controles internos e apresentação das demonstrações contábeis.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.